



instituto
natura

COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

Relatório de Pesquisa

Tathyana Gouvêa

1º semestre – 2018

Sumário

1. Introdução	3
2. Comunidades de Aprendizagem	5
2.1. Escola-Família	5
2.2. Redes de Aprendizagem	14
2.3. Cidades Educadoras	26
2.4. Cidade de Aprendizagem	45
2.5. Outros	71
3. Considerações Finais	74

1. Introdução

Este Relatório de Pesquisa é o resultado do trabalho de **Mapeamento de atividades e organizações com relação aos princípios de Comunidade de Aprendizagem** proposto pelo Instituto Natura (IN), tendo sido organizado de acordo com o termo de referência, que estabelece como objetivo de pesquisa:

levantar informações necessárias para estabelecer uma base de atividades educacionais que envolvem a participação da comunidade em territórios externos às escolas e uma base de organizações que estudam ou realizam essas atividades. (...) Além disso, o estudo tem como objetivo relacionar essas atividades e organizações com os conceitos utilizados no projeto Comunidade de Aprendizagem e nas iniciativas de disseminação de seus princípios. (...) Os produtos finais deste estudo devem ser usados pelo Instituto Natura como base para realizar mais pesquisas, para estabelecer parcerias e apoios a iniciativas que promovem atividades como essas no futuro. Com o mapeamento proposto neste documento, teremos um maior repertório para aprimorar essa iniciativa. Uma versão resumida do estudo deve ser disponibilizada ao público no site do Instituto Natura. (IN, 2018, p1)

O trabalho foi desenvolvido por Tathyana Gouvêa¹ e coordenado por Fernanda Pinho e Danilo Dalmon, do IN, com a colaboração de Cristiana Berthoud, Secretária de Educação de Tremembé. Teve início em Março e finalização em Julho de 2018, com encontros de equipe quinzenais para cocriação e acompanhamento da pesquisa.

A primeira etapa focou a compreensão do conceito de Comunidades de Aprendizagem adotado pelo IN a partir das obras **Includ-Ed** (Universidade de Barcelona, 2012) e **Aprendizagem dialógica na sociedade da informação** (EdUFSCar, 2016), que foi sintetizada em 4 pilares conceituais:

- prática dialógica
- participação da comunidade
- intenção educativa
- práticas inclusivas

Com base nesses 4 conceitos identificamos diversos projetos e práticas no Brasil e no mundo que dialogam parcial ou integralmente com Comunidades de Aprendizagem. Porém, poucos deles estavam sistematizados e haviam recebido análise de resultados e impacto, fator relevante para a tomada de decisão em políticas públicas. Essa constatação direcionou este mapeamento para o que chamaremos aqui de “metodologias”: um conjunto de orientações de caráter teórico e prático estabelecido por organizações de âmbito nacional e/ou internacional.

¹ Pedagoga, administradora, mestra e doutora em Educação – tathyana.gouvea@gmail.com

Ao longo deste mapeamento foram identificadas 4 metodologias que dialogam com esses 4 pilares: o estudo de 2009 sobre **Escola-família** do MEC em parceria com a UNESCO; as **Redes de Aprendizagem** da UNICEF em parceria com o INEP, também de 2009; as **Cidades Educadoras**, de 1990; e as **Cidades de Aprendizagem** da UNESCO, de 2013. Apresentaremos cada uma delas como um capítulo deste relatório com uma breve descrição da metodologia, além da estruturação de seus princípios e métodos e o levantamento de casos e práticas no Brasil e no mundo. Em todos eles constam os links e documentos de referência usados nesta pesquisa.

Na sequência do detalhamento de cada metodologia apresenta-se um capítulo intitulado “outros”, cujo conteúdo não faz referência a metodologias cientificamente comprovadas, mas que também apresentam aproximação conceitual com Comunidades de Aprendizagem. De forma breve são apresentados esses estudos e práticas, com indicações para aprofundamento em pesquisas futuras.

Este relatório se encerra com um último capítulo de “Considerações Gerais” em que é apresentado um grande resumo do conteúdo detalhado neste documento, trazendo algumas sugestões de desenvolvimento do projeto Comunidades de Aprendizagem.

Espera-se com este material colaborar com o trabalho já desenvolvido pelo Instituto Natura de modo a beneficiar ainda mais as escolas públicas brasileiras.

2. Comunidades de Aprendizagem - metodologias complementares

2.1. Escola-Família

- MEC/UNESCO -

Este estudo se destaca pela quantidade de pesquisas acadêmicas que foram analisadas para elaboração de suas orientações. Traz casos e práticas que estimulam a integração escola-família no Brasil, revelando a importância dessa relação.

Considera como princípios a busca pela equidade, reconhecendo a diversidade dos estudantes, a escola como espaço de transmissão da cultura e de socialização, e as famílias como detentoras do direito de participar e tomar decisões sobre a educação de seus filhos. Esses princípios estão diretamente ligados às práticas dialógicas, participação da comunidade e práticas inclusivas que orientam as Comunidades de Aprendizagem.

INTERAÇÃO escola família

Subsídios para práticas escolares

JANE MARGARETH CASTRO E MARILZA REGATTIERI (ORGS.)

APRESENTAÇÃO

O estudo da UNESCO em parceria com o MEC intitulado *Interação Escola-Família: subsídios para práticas escolares* foi desenvolvido em **2009** para contribuir com a aproximação da escola e das famílias, reconhecendo a importância dessa relação para o processo de aprendizagem das crianças e adolescentes. Nas palavras dos autores:

O presente estudo tem como objetivo oferecer aos gestores educacionais e escolares **informações qualificadas para o desenvolvimento de projetos e políticas de interação escola-família** em função da sua missão de garantir aos alunos o direito de aprender. (p. 10)

Por meio de pesquisa teórica **em mais de 100 títulos acadêmicos**, os pesquisadores obtiveram princípios que favorecem a aproximação por parte da escola. Diante desta

perspectiva levantaram 32 projetos pelo Brasil que estimulam essa parceria, além de diversas políticas e programas vigentes na época.

O estudo mostrou que essa aproximação deve ser responsabilidade da escola, tratando-se de um processo que se inicia com o conhecimento mútuo para posteriormente estabelecer condições de negociação das responsabilidades e, somente então, construir espaços de corresponsabilidade aberto à participação da comunidade. Tem como objetivo a equidade educacional, considerando a diversidade dos alunos e a articulação de novos atores e políticas educacionais.

O envolvimento das famílias com a escola tem origem no Brasil em 1921, quando Armanda Álvaro Alberto (uma das signatárias do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova) fundou a Escola Proletária de Meriti, em Duque de Caxias/RJ. Nela criou a experiência inédita Círculo de Mães para aproximar as famílias da escola. Também foi a primeira a oferecer almoço para os alunos, além de contar com biblioteca e museu.

Desde 1996 a LDB prevê ação integrada das escolas com as famílias:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
(...) VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; (...)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...) VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

(...) II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Não obstante, os resultados dessa pesquisa mostram que um **número muito pequeno de escolas e municípios estimulam essa integração**: são apenas 18 municípios e 14 experiências em todo o país, sendo o **problema da descontinuidade** a principal razão para não haver mais exemplos dessa prática.

PRINCÍPIOS E MÉTODOS

O presente estudo assume uma proposta de interação escola-família que está baseada nos seguintes princípios norteadores:

- A educação de qualidade, direito fundamental de todas as pessoas, tem como elementos essenciais a **equidade**, a relevância e a pertinência, além de dois elementos de caráter operativo: a eficácia e a eficiência.
- O Estado (nos níveis federal, estadual e municipal) é o responsável primário pela educação escolar.

- A escola não é somente um espaço de **transmissão da cultura e de socialização**, é também um espaço de **construção de identidade**.
- O **reconhecimento de que a escola atende alunos diferentes uns dos outros** possibilita a construção de estratégias educativas capazes de promover a igualdade de oportunidades.
- É direito das famílias ter acesso a informações que lhes permitam **opinar e tomar decisões sobre a educação** de seus filhos e exercer seus direitos e responsabilidades.
- O sistema de educação, por meio das escolas, é parte indispensável da rede de proteção integral que visa assegurar outros direitos das crianças e adolescentes.
- A proteção integral das crianças e adolescentes extrapola as funções escolares e deve ser articulada por meio de ações que integrem as políticas públicas intersetoriais. (p. 19)

Foram identificados 4 tipos de atuação, mas destacamos que o primeiro deles não dialoga com a compressão que as Comunidades de Aprendizagem possuem de relação com a comunidade:

- educar as famílias;
- abrir a escola para a participação das famílias;
- interagir com as famílias para melhorar os indicadores educacionais;
- incluir o aluno e seu contexto.

Foco	Objetivos	Estratégias	Resultados
Educar as famílias	Estabelecer espaço permanente de reflexão e construção sobre a importância da escola e da família na vida dos alunos. Conscientizar os responsáveis sobre seus papéis na educação dos filhos. Apresentar a proposta da escola.	Convide às famílias para assistirem a reuniões, palestras e festas na escola. Organização de encontros temáticos para ensinar às famílias como lidar com seus filhos.	Familiares frequentando a escola com mais assiduidade. Aumento da informação dos responsáveis em relação a diversos assuntos que tocam a vida familiar. Maior informação sobre a proposta e as regras da escola.

Foco	Objetivos	Estratégias	Resultados
Abrir a escola para participação familiar	<p>Fortalecer as condições para que as famílias participem da gestão da escola.</p> <p>Construir relação de colaboração das famílias no ambiente escolar, por meio do envolvimento voluntário dos responsáveis, em atividades da escola.</p>	<p>Valorização da atuação dos representantes dos familiares nos conselhos escolares e outras instâncias deliberativas da escola.</p> <p>Envolvimento dos responsáveis em atividades para arrecadar recursos a serem aplicados na escola.</p> <p>Autorização de uso do espaço escolar para atividades de interesse da comunidade.</p>	<p>Maior participação (quantidade e qualidade) dos responsáveis nas decisões pedagógicas da escola.</p> <p>Maior participação dos familiares e comunidade nos projetos da escola.</p> <p>Maior entrosamento entre pais e professores com consequente fortalecimento da comunidade escolar.</p>

Interagir com a família para melhorar os indicadores educacionais	<p>Reduzir as taxas de abandono e repetência dos alunos.</p> <p>Reduzir os episódios de indisciplina dos alunos.</p> <p>Conscientizar os familiares da importância de seu envolvimento para o sucesso escolar do aluno.</p>	<p>Reuniões envolvendo pais, professores e gestores educacionais focadas na aprendizagem dos alunos.</p> <p>Discussão sobre os direitos e deveres dos responsáveis em relação à escolaridade dos filhos.</p> <p>Busca conhecer melhor a organização e condição das famílias – questionários e visitas domiciliares.</p> <p>Articulação com conselho tutelar para cuidar de casos de infrequência e evasão.</p>	<p>Maior clareza sobre os papéis familiares e escolares no apoio à vida escolar do aluno.</p> <p>Maior credibilidade do trabalho da escola pela comunidade escolar e de entorno.</p> <p>Melhora do índice de frequência e participação dos alunos na escola.</p> <p>Organização de serviços de apoio escolar aos alunos.</p>
--	---	--	--

Incluir o aluno e seu contexto	<p>Garantir aos alunos o direito a educação de qualidade e a salvo de toda forma de negligência e de discriminação.</p> <p>Promover ensino de qualidade, envolvendo a família no processo educativo.</p>	<p>Participação da rede de proteção social para ajudar no encaminhamento de problemas familiares dos alunos.</p> <p>Educadores são preparados para conhecer melhor as condições de vida de seus alunos por meio de uma aproximação da família (visita, questionário, entrevistas etc.).</p> <p>As práticas pedagógicas e de gestão escolar são revistas em reuniões periódicas que incluem o conhecimento adquirido sobre o contexto dos alunos.</p>	<p>Alunos, independente da condição familiar, com melhores condições de aprendizagem e proteção social.</p> <p>Políticas sociais mais coordenadas.</p> <p>Identificação de políticas necessárias e ainda inexistentes naquele território.</p> <p>Práticas pedagógicas e de gestão enriquecidas.</p>
---------------------------------------	--	--	---

As experiências encontradas ainda se caracterizam, em sua maioria, pelos dois primeiros tipos. Com relação a educar as famílias, o estudo pede atenção para não desresponsabilizar as escolas da própria ação educativa por meio de discursos que culpam as famílias pelo insucesso acadêmico dos alunos. Ao contrário, coloca as escolas como responsáveis por estabelecer essa parceria, propondo diversas formas de interação, não só as que favoreçam um mesmo perfil de configuração familiar.

O segundo tipo é caracterizado pela escola como um equipamento público a serviço da comunidade em que eventos são planejados conjuntamente, mas a ação pedagógica segue com os especialistas. Algumas políticas federais como o Escola Aberta, o Mais Educação² e as diretrizes de gestão democrática estimulam esse tipo de interação.

Já os tipos 3 e 4 pressupõem um programa de interação contextualizado, incluindo até decretos municipais para garantia de recursos aos programas, conforme descrito nos casos abaixo.

Para a operacionalização de programas de integração escola-família são sugeridas 4 etapas:

- 1) coleta e organização das **informações** sobre alunos e familiares
- 2) ações de formação dos **educadores** – destacando a legitimidade de novos arranjos de convivência (distinguindo negligência e vulnerabilidade)
- 3) acompanhamento e **avaliação** das ações (apontam que essa é a prática mais difícil de ser encontrada na rede, destacando a necessidade da mesma)
- 4) participação no grupo articulador das políticas intersetoriais – **rede de proteção social**

CASOS

❖ Políticas vigentes na época (seleção dos programas relacionados à educação)

- Mais Educação
- Escola Aberta
<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/apresentacao>
- Escola que Protege
<http://portal.mec.gov.br/projeto-escola-que-protege>
- Programa Saúde na Escola
<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>
- Pró-Conselho
<http://portal.mec.gov.br/pro-conselho>
- Mobilização de Famílias pela Educação de Qualidade
<http://familiaeducadora.blogspot.com.br/>
- Fomento aos Conselhos Escolares

² Desde 2017 o programa foi reformulado, passando a chamar “Novo Mais Educação” que não se caracteriza pela interação escola-comunidade.

❖ 5 municípios selecionados

- Iguatu (CE)
- Itaiçaba (CE)
- Taboão da Serra (SP)
- Teresina (PI)
- Belo Horizonte (MG)

Teresina decidiu encarar o desafio da intersetorialidade – tarefa que já se consolida em outras capitais, como Belo Horizonte (MG), como veremos a seguir. **Em outubro de 2008, os principais gestores municipais de Teresina – pedagogos, médicos e assistentes sociais – estavam se transferindo para o mesmo prédio para facilitar o trabalho conjunto.** O município havia realizado também nessa época um inédito Ciclo de Oficinas de Integração entre esses profissionais, para organizar a rede de proteção social. A proposta é construir um planejamento conjunto de atendimento às famílias, por território. A iniciativa tem o nome de Ciclo de Oficinas de Articulação e Integração das Ações dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) com as Políticas de Educação e Saúde. Resultou da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec), a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS) e a Fundação Municipal de Saúde (FMS). A expectativa é que, ao fazer o encaminhamento familiar para a rede de proteção social, a escola estará também garantindo as condições de educabilidade de seus alunos.

Com 177 mil alunos e 118 mil famílias, **Belo Horizonte (MG) consolidou nos últimos anos, a partir da criação do Programa Família-Escola, ações integradas no território. São quatro grandes linhas de atuação: controle da frequência escolar, transferência de renda, promoção da saúde e mobilização social.** Essa estratégia orienta a descentralização em administrações regionais, a formação dos gestores escolares – para se verem como agentes de ações intersetoriais –, e chega até as crianças de muitas formas.

Um exemplo de desdobramento possível de um olhar mais de perto e em conjunto sobre cada aluno é o fornecimento de merenda diferenciada para os alunos com problemas metabólicos, alérgicos ou outros. **Numa articulação entre as Secretarias de Abastecimento, Saúde e Educação, alunos com restrições alimentares foram identificados e passaram a ter um cardápio montado exclusivamente para eles.** A dieta passou também a fazer

parte do planejamento e da distribuição alimentar nas escolas. Assim, os alunos se sentem incluídos e atendidos nas suas necessidades específicas. (p. 47)

São duas as principais formas de atuação das Secretarias. Na primeira, a equipe da Secretaria ouve as escolas e desenvolve um projeto, e as escolas manifestam seu interesse em aderir. Na outra

(...) a SME constata que as escolas já estão desenvolvendo, por conta própria, ações de interação com as famílias de seus alunos e resolvem apoiá-las. **Implantam uma coordenação técnica para que os projetos não ocorram de forma isolada e mantenham suas especificidades.** Este é o caso de Itabuna (BA), que tem a integração escola-família como uma política pública aplicada nas 127 escolas urbanas e 37 rurais que compõem a rede. Cada escola apresentou uma proposta e a SME designou três coordenadoras, dentro da gerência de ensino básico, para cuidar da interação com a comunidade, além de organizar uma coordenadoria exclusiva das relações escolas-famílias. Sudmenucci (SP), cuja rede é constituída de apenas sete escolas, também preferiu não ter um projeto único e sim apoiar os projetos de cada escola. (p. 50)

(...) a experiência de **Taboão da Serra sinalizou um avanço ao organizar um Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) em cada escola. O GAP promove encontros quinzenais de formação e apoio aos professores, além de atendimento individualizado para os alunos que não têm suporte no ambiente familiar para realizar suas atividades escolares.** (...) Há um decreto municipal amparando a função de visitação às famílias e, em 2008, cada professor recebia R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por visita acompanhada de relatório padrão. (...) **Outro encaminhamento interno da aproximação com as famílias é a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação. É avaliando que podemos prestar contas do que estamos fazendo, disseminar boas experiências e corrigir rumos. Embora a avaliação da aprendizagem dos alunos esteja hoje consolidada nos sistemas de ensino, o monitoramento e a avaliação das políticas e dos projetos especiais das Secretarias e escolas nem sempre são realizados.** (p. 57)

❖ Projetos em escolas ou redes:

- Boa Vista (PR) – Escola de pais
- Teresina (PI) – Projeto Escola Família
- Itaiçaba (CE) – Família Presente, Aluno Ideal
- Iguatu (CE) – Agente da Educação

- Amargosa (BA) – A escola que temos e a escola que almejamos
- Itabuna (BA) – Projeto Oficina de Mães
- Pedras de Fogo (PB) – Agente Comunitário de Educação
- Natal (RN) – Escola combate a violência sexual
- 7 municípios (PE) – Educação para uma Cultura de Paz
- Seabra (BA) – Formação com a comunidade: resgatando valores
- Candiba (BA) – Escola e família: parceiros no processo educativo
- Coroatá (MA) – O pai na escola
- Apicás (MT) – Visita as famílias
- Araguaína (TO) – Pais e paz na escola
- Colmeia (TO) – Chá dos avós
- Cristalândia (TO) – Educando para a paz e o bem
- Guaraí (TO) – Escola e família, parceria que dá certo
- Ananás (TO) – Curso para pais sobre relacionamento familiar
- Taboão da Serra (SP) – Interação Escola Família
- Pereiras (SP) – Escola Família
- Sud Mennucci (SP) – diversos projetos
- Limeira (SP) – Integração Família-Escola
- Santana do Parnaíba (SP) – Escola e Família: parceiros numa educação de qualidade
- Belo Horizonte (MG) – Educação feita por todos, para todos
- Uberlândia (MG) – Confraternização Alunos, Pais e Educadores
- Igrejinha (RS) – Avaliação Institucional
- Três Passo (RS) – Semeando educação e saúde na agricultura familiar
- Erechim (RS) – Juntos educamos mais
- Irati (PR) – Você é importante
- Horizontina (RS) – Biblioteca Itinerante Bela União
- Umuarama (PR) – Escola e família: uma parceria que dá certo

PRÁTICAS

❖ **Seleção dos programas de maior integração escola-família e/ou de interesse para a pesquisa:**

- Fórum de debate com as famílias organizado pela Secretaria de Teresina
- Participação das famílias nas aulas e no recreio como apoio das educadoras e grupos de lição de casa nas casas das famílias em Itaiçaba
- Agentes da Educação (igual agente de saúde) em Pedras de Fogo e Iguatu
- Cursos e oficinas para resgate de saberes comunitários e diálogo sobre metas educacionais com famílias em Amargosa
- Oficina de mães – parceria com ONGs e empresas locais em Itabuna

- Formação emocional de pais (homens) com produção de conteúdo de estímulo aos filhos em Ananás
- Cultura de Paz em diversas cidades
- Estagiárias do curso de Assistência Social apoiam a relação escola-família em Anaguaína
- Pais desempregados ou com tempo livre auxiliam a escola no cuidado com as crianças que estão em período integral em troca de cesta básica doada por empresas parceiras em Anaguaína
- Chá dos avós para valorização e integração da comunidade na Colméia
- Reuniões da escola são anunciadas na rádio e TV local e a Secretaria busca as famílias que vivem longe ou em sítios em Pereiras
- Implementação de EJA e de projetos de inclusão digital em Sud Mennucci
- Jornal trimestral da família-escola em BH
- Avaliação Institucional respondida pelas famílias para levantar prioridades e direcionar o plano de gestão das escolas na rede de Igrejinha
- Biblioteca Itinerante em que as famílias também contam sobre suas histórias em Horizontina

Detalhamento de todas as práticas do estudo – páginas 77 a 101

REFERÊNCIAS

CASTRO, M. e REGATTIERI, M. (orgs.) Interação escola-família: subsídios para práticas escolares – Brasília: UNESCO, MEC, 2009. 104 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192

2.2. Redes de Aprendizagem

– UNICEF/INEP –

O objetivo desta pesquisa se aproxima muito daquela desenvolvida na Europa, o Includ-ED, dialogando, portanto, com o projeto Comunidades de Aprendizagem do Instituto Natura, em especial porque algumas das conclusões são bastante semelhantes, como a criação de uma “comunidade/rede” com o foco na aprendizagem, valorização da leitura e práticas inclusivas que garantem o direito de aprender de todos.

Este trabalho não se destaca pelo número de práticas indicadas, mas traz casos brasileiros de sucesso e sugestões de outras ações que também podem estimular o bom desempenho das redes.



APRESENTAÇÃO

Nesta pesquisa desenvolvida em **2009** pela **UNICEF, INEP, MEC e UNDIME**, com representantes dos estados RN, PR, RO, MS, MA, RJ, MT, PE, AC, MG e RS, foram identificadas as boas práticas de municípios brasileiros que garantem o direito de aprender. Dos 5.564 municípios do país, **37 redes municipais** foram selecionadas a partir do Ideb e do contexto socioeconômico dos alunos e seus familiares por meio dos dados coletados no questionário da Prova Brasil em 2007.

A principal conclusão do relatório é que **a garantia do direito à educação está preservada nos municípios em que as escolas estão articuladas em rede com todos seus membros claramente compromissados com a aprendizagem dos alunos**. Trata-se da criação de um ambiente de colaboração entre as escolas, com um projeto de rede e relações não-lineares com intensa conectividade entre os membros, gerando contínua aprendizagem e inovação. O papel da SMEs é dar direcionamento e fazer o acompanhamento, garantindo a plena participação dos Conselhos. Segundo uma das gestoras: *“Empecilhos são encarados como desafios, possíveis e merecedores de ser superados”, não há acomodação, sempre há o que fazer.*

PRINCÍPIOS E MÉTODOS

- ❖ Na sua maioria, as redes selecionadas são mais do que um conjunto de escolas sob gestão do município. São redes de fato, onde as trocas e os fluxos de informação e recursos alimentam relações e aprendizagens coletivas, orientadas por um propósito comum: a garantia do direito de aprender.
- ❖ Os dez pontos citados como responsáveis pelo bom desempenho das redes na maioria dos municípios analisados são: foco na aprendizagem, consciência e práticas de rede, planejamento, avaliação, perfil do professor, formação do corpo docente, valorização da leitura, atenção individual ao aluno, atividades complementares e parcerias.
- ❖ Entre os fatores importantes e menos citados estão o acesso à Educação Infantil, a interação com as famílias e a comunidade, a prática por projetos, o respeito ao tempo escolar, a infra-estrutura, o perfil e o papel da direção escolar e o plano de carreira, cargos e salários.
- ❖ Os desafios apontados pela maioria das redes analisadas vão da gestão participativa e qualificação dos funcionários de cada escola às condições socioeconômicas e culturais como as referentes a raça e etnia e à inclusão de alunos com deficiência.

Principais atitudes das redes analisadas

- ❖ **Atenção** É fruto do compromisso com o aprender. Os municípios analisados prestam atenção em tudo o que pode influir no alcance desse objetivo.
- ❖ **Capricho** Foi traduzido pelas pesquisadoras como a busca para fazer sempre o melhor possível. As redes têm consciência das dificuldades, mas não se deixam imobilizar por elas.
- ❖ **Abertura** Com cuidado e criatividade, os municípios também demonstraram abertura para propor práticas e projetos que vão além das medidas formais de capacitação e investimento.
- ❖ **Solidariedade** Observou-se a valorização do compartilhamento das responsabilidades, oportunidades e aprendizagens.

Detalharemos os 10 fatores que mais impactam nos bons resultados dessas redes:

1. **Foco na aprendizagem dos alunos** – exige clareza de onde se quer chegar, esforço e flexibilidade de todos, eliminando burocracias ou exigências que não tenham uma clara relação com este foco. Entusiasmo e senso de fazer bem feito. Desenvolver estratégias para atender a todos que precisam de mais tempo ou atenção para aprender.
2. Clima de parceria – **planejamento coletivo, diálogo e interação entre as escolas**. O dirigente da rede tem um perfil “empreendedor” para estabelecer parcerias e experiência como professor para entender a equipe e se envolver no dia-a-dia das escolas, gerando uma relação de confiança e dando autonomia para as escolas. Os documentos norteadores são construídos de forma participativa, garantindo a continuidade das ações.
3. **Planejamento compartilhado contínuo e sistemático** das aulas e disciplinas. Reflexão coletiva entre professores, coordenadores e gestores. Planejamento como um instrumento de trabalho, não como documento obrigatório para

- prestar contas. Tempo fixo para professores planejarem e monitorarem o próprio trabalho (em média 20% da jornada docente é dedicada a essa tarefa).
4. **Avaliação como ferramenta de aprendizagem. Criação de uma cultura de avaliação e monitoramento dos processos e dos resultados.** As avaliações externas mobilizam a rede para ajudar as escolas que mais precisam de ajuda. Grande parte das redes selecionadas contam com parcerias ou consultorias externas para avaliação de seus trabalhos. Embora seja identificado que as redes já reconheçam a importância das avaliações, “as redes muitas vezes não têm condições de implementá-las sozinhas”. As avaliações realizadas não são apenas dos alunos, mas também dos professores, da escola e da rede. As avaliações precisam de um retorno rápido para que gerem planos de ação para correção e ajustes do trabalho pedagógico, quanto mais específicos os resultados (por classe, por exemplo), melhor as redes consideram.
 5. **Valorização do professor.** Nas redes pesquisadas esse é o perfil dos melhores profissionais: compromisso com a aprendizagem, boa formação, crença na capacidade de aprender de cada criança, disposição, calma e paciência, atenção e proximidade com o aluno.
 6. **Formação de professores** tem alto impacto nos resultados da rede. Formações gerais e específicas naqueles conteúdos em que os alunos estão com mais dificuldades
 7. **Valorização da leitura** – práticas variadas, com envolvimento de toda rede e comunidade. Ênfase maior nos primeiros anos do Fundamental.
 8. Nenhum a menos, **educar cada uma das crianças** (diferente de educar todas) – estrutura de apoio, acompanhamento frequente (ex: portfólio individual). Reforços lúdicos que não representem punição.
 9. Atividades complementares no “contraturno” – escola como um dos espaços educativos, não o único, mas sim o articulador. **Educação integral**, estimula autonomia, participação na vida pública e trocas culturais. Parcerias com outras secretarias e parcerias externas com empresas e ONGs com atividades esporádicas.
 10. **Buscam parcerias ativamente** para atividades complementares para os alunos, formação de professores, aproximação com as famílias e potencializar ações nas escolas. Com universidades, ONGs, órgãos públicos e programas na área de saúde, esportes, assistência social e cultura. Parcerias de longo prazo ou para projetos pontuais, como reformas, melhoria da biblioteca e trabalhos voluntários.

As outras 7 práticas com menor relevância mas que também foram identificadas nas redes selecionadas são:

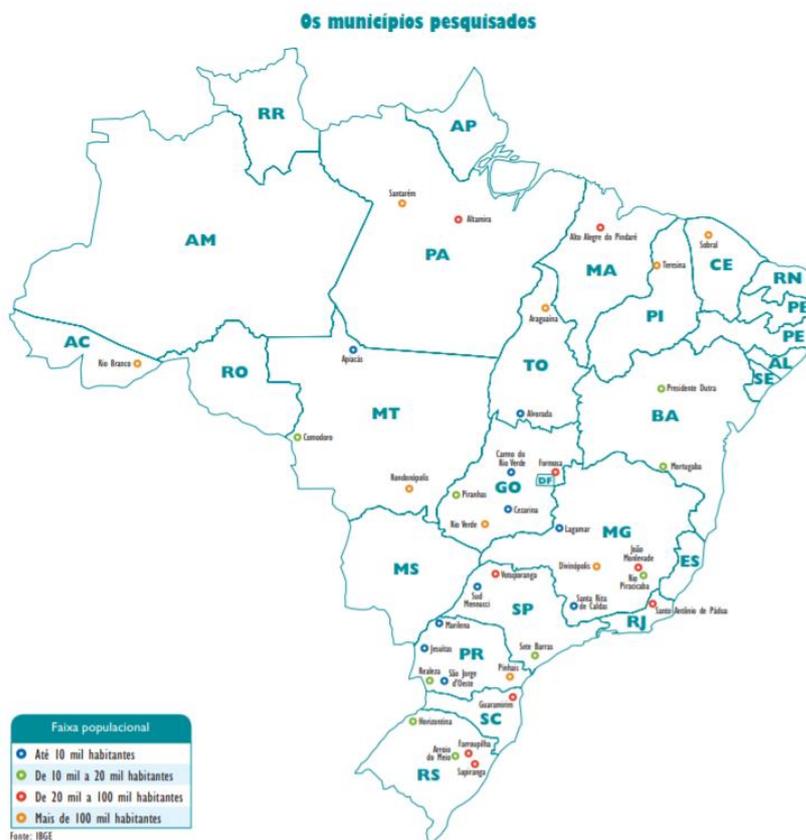
1. Valorização da **educação infantil**, garantindo acesso a essa etapa da educação
2. **Envolvimento das famílias** por meio de festas, palestras e projetos. Algumas escolas tornam-se espaços comunitários em que acontecem festas da comunidade, incluindo casamentos, práticas de esporte e local das reuniões de associação de bairro.

3. Prática pedagógica baseada em **projetos transversais contextualizados**
4. **Cumprimento de todo o calendário letivo**, reduzindo faltas de alunos e professores (acompanhamento dos alunos, substituição de professores), atividades extras em momentos que não comprometam o calendário.
5. **Manutenção** constante da infraestrutura, do mobiliário e dos materiais didáticos.
6. **Diretores** como parceiros do processo pedagógico
7. **Plano de carreiras** como forma de valorização do professor

E as 7 práticas sugeridas pelos pesquisadores como potencializadoras das demais práticas listadas são:

1. Gestão participativa – atuação dos conselhos e APM
2. Formação continuada dos funcionários como educadores
3. Integração com a rede estadual
4. Participação dos alunos nas práticas escolares, ex: guardiões, cuidadores de outras crianças, etc.
5. Inclusão de crianças com necessidades especiais
6. Diversidade racial e cultural
7. Programas de combate a gravidez precoce

CASOS



Foco no aprendizado:

- Farroupilha (RS) – panfleto com 5 metas da educação distribuído na cidade
- Rio Verde (GO) – plano individual de trabalho para todos os funcionários e professores

Formação de professores:

- Escola de formação de Sobral – formação e elaboração de material didático. Fazem consultorias para outras redes.

Parcerias:

- Em Santo Antônio de Pádua (RJ) transformaram as escolas da rede pública em “escolas de aplicação” da universidade local.

Integração das redes:

- ACRE – sistema único de educação (SUE)

Detalhamento de todos os casos da pesquisa:

Usina de aprendizagem

A Escola de Formação de Sobral (CE) mexe com a rotina de todas as demais da rede de ensino do município. Instalada desde 2005 no prédio da Biblioteca Municipal, dali saem, a cada dois meses, novas matrizes de aprendizagem – sugestões de atividades organizadas na forma de livro do mestre e livro do aluno. A idéia é dar conteúdos e subsídios para o professor diversificar a rotina das aulas. Técnicos da Escola de Formação também acompanham

a aplicação das matrizes em visitas periódicas às escolas. “O pessoal da Escola de Formação passa o tempo todo só criando os materiais pedagógicos, com base nos depoimentos dos professores. E isso facilita – e muito – nosso trabalho”, diz uma das professoras da rede.

A Escola de Formação presta uma série de outros serviços à comunidade escolar de Sobral – e alguns extrapolam a sala de aula e até mesmo os limites da rede. O

Um olhar diferenciado

Seguindo o princípio de apoiar e, ao mesmo tempo, dar autonomia às instituições de ensino, a Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis (MG) incentiva as escolas a montar seus projetos de alfabetização, mobilidade e atenção ao aluno com dificuldades de aprendizagem. Esses estudantes são atendidos pelo Centro Educacional de Apoio Especializado (Ceae). A escola percebe o aluno com dificuldades e o encaminha ao Ceae no contraturno, onde é feito um diagnóstico de suas necessidades. A secretaria oferece vale-transporte para a mãe e para o aluno se deslocarem.

No Centro, existe uma equipe multidisciplinar para atender as crianças, formada por fisioterapeuta, psicólogo e fonoaudiólogo. Esses profissionais também fazem o caminho inverso: visitam as escolas para

realizar um trabalho com as crianças de até 5 anos de idade, levantando eventuais dificuldades que possam comprometer a aprendizagem, como distúrbios da fala ou problemas de coordenação motora. Quando identificam algum caso clínico, encaminham o aluno para a Secretaria de Saúde ou outro órgão de assistência para o devido acompanhamento.

A participação da Secretaria Municipal de Educação no dia-a-dia das escolas vai além. Os técnicos fazem visitas às unidades uma vez por mês com o objetivo de resolver as questões pendentes e dúvidas, além de existir a disponibilidade para atendimento esporádico, quando necessário. Essa foi a trilha encontrada pela rede para manter sempre um diálogo aberto e dinâmico entre a secretaria e as escolas.

As metas de todos e de cada um

Em Rio Verde (GO), todos – desde o vigilante, passando pelas merendeiras, até a diretora de cada escola – elaboram um Plano Individual de Trabalho (PIT), que compõe o Plano Anual de Metas (PAM). No PIT são estabelecidos os objetivos e os indicadores para o ano e os profissionais se comprometem a cumpri-los, fazendo avaliações e adaptações no decorrer do processo.

Quem gerencia esses planos é a diretoria das escolas, que se encarrega do cumprimento dos compromissos assumidos pela equipe e os avalia indivi-

dual e coletivamente. No caso dos professores, o acompanhamento é mais sistemático: esses documentos e os demais indicadores são monitorados permanentemente tanto pelas coordenadoras das escolas quanto pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação. Segundo os entrevistados, tais estratégias têm surtido efeito e todos, de fato, assumiram sua parcela de contribuição para atingir as metas estabelecidas e garantir o objetivo primordial da rede, que é assegurar o direito de aprender de cada criança.

Uma rede de combate ao trabalho infantil e à violência sexual

Uma das mais inovadoras conquistas do sistema de ensino de Teresina (PI) foi a criação da Gerência de Assistência ao Educando. Essa instância faz parte da Secretaria Municipal de Educação e suas ações são desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar capacitada para orientar as famílias e as escolas no combate a problemas graves, como o trabalho infantil e a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes – questões que estão por trás da ausência de muitos alunos às salas de aula. Essa equipe é responsável por encaminhar os estudantes e suas famílias para os Conselhos Tutelares, nos casos em que é necessário.

Também é atribuição da gerência oferecer instrumentos para que as escolas tenham conhecimento concreto sobre esses problemas, orientando os educadores no tocante às leis que regem os direitos de crianças e adolescentes. Um exemplo disso aconteceu em uma das reuniões da equipe com a escola, ocasião em que os técnicos explicaram a diferença entre indisciplina escolar e atos infracionais cometidos por estudantes. Em um curto prazo, a gerência quer atuar também na integração da Secretaria de Educação com outros órgãos municipais e com programas sociais do governo federal, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Bolsa Família.

Arrastão do aprendizado

A cidade de Realeza, no sudoeste do Paraná, tem uma marca antiga: a valorização da educação. Lá, a sólida e estreita relação entre os gestores municipais de ensino e as escolas fica evidente em algumas ações da secretaria. Uma delas é o chamado "arrastão". Uma vez por mês, a dirigente municipal de Educação e sua equipe vão às escolas, olham os cadernos dos alunos, fazem observações sobre a evolução deles e carimbam os dizeres: "Olá! Voltei para ver seu progresso".

A secretaria também tem uma política de motivação e elevação da auto-estima dos professores. Nas palavras da dirigente, "da parte pedagógica a gente cuida, mas o mais difícil é cuidar da alma das criaturas". E, para cuidar da "alma", a equipe da secretaria



Alunos da Escola Municipal Modesto de Palma, em Realeza (PR)

seleciona e envia para as escolas "pergaminhos" com mensagens para reflexão sobre valores e princípios de ação. Esses pergaminhos são pauta de conversa nos intervalos de aula e nos momentos de formação.

Outra face dessa política é o projeto Nossa Escola é Show, Nosso Funcionário é Super, que

busca valorizar os talentos de professores, funcionários e alunos, uns perante os outros e perante a comunidade local. Todos têm oportunidade de mostrar habilidades artísticas e esportivas, que vão além do desempenho escolar ou profissional. A busca desses talentos envolve todos os atores num exercício de auto-análise e na valorização do papel e da responsabilidade de cada um em tornar a rotina escolar melhor.

Todos pelo planejamento

Na Rede Municipal de Mortugaba (BA), composta de 38 escolas (cinco urbanas e 33 rurais), o planejamento ocorre de forma sistemática. Duas horas por semana são reservadas a essa atividade.

O planejamento é feito separadamente nos meios urbano e rural, sempre às sextas-feiras. No meio urbano, as escolas se revezam para organizar os encontros. Na época da pesquisa, eles aconteciam na Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade. Os professores são divididos por série e compartilham problemas e soluções pedagógicas, sob o olhar atento das diretoras, que organizam a reunião e controlam a frequên-

cia dos docentes. Já no rural, onde algumas escolas contam com classes multisseriadas e não têm diretor, os professores são apoiados por duas coordenadoras pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação. Os educadores do campo vão a uma escola urbana para participar das reuniões.

Esses encontros criam um clima de cooperação e de parceria entre todos os profissionais, o que se reflete na qualidade das propostas de trabalho. Os docentes dos anos finais do Ensino Fundamental não têm um período fixo para discutir o planejamento. Assim, ele é realizado de forma esporádica.

Mestre posto à prova

Professor da rede municipal de Alto Alegre do Pindaré (MA) também passa por avaliação constante, como os alunos. A Secretaria Municipal de Educação mantém um departamento de Avaliação e Acompanhamento, que mapeia ao longo do ano letivo a evolução do desempenho dos alunos e dos professores. A ideia é fazer intervenções qualificadas em sala de aula, a fim de evitar o fracasso escolar. Os resultados da avaliação são divulgados entre os profissionais da rede e ajudam a direcionar a política educacional do município. Professores com baixo desem-



Professores da Unidade Integrada (UI) Professora Anna Maria Patello Saldanha, em Alto Alegre do Pindaré (MA)

penho são convocados para um reforço na formação.

Todo o processo de avaliação – que é acompanhado pelos supervisores da secretaria – é percebido pelos entrevistados como importante para alcançar as metas.

Antes havia certa rejeição, os supervisores eram vistos como fiscais. Hoje o apoio dado por esses técnicos da secretaria ao bom desenvolvimento da prática pedagógica, por meio do acompanhamento e da colaboração na construção do planejamento, é muito valorizado e apontado como um dos fatores de superação das dificuldades em sala de aula.

Cobrança positiva

Em Alvorada (TO), não existem metas definidas ou um plano estratégico de ações escrito. Mas como a cultura da avaliação está presente no município, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação cumpre rigorosamente uma agenda de visitas e monitoramento das ações desenvolvidas nas escolas.

A secretaria criou uma política de acompanhamento sistemático, em parceria com duas coordenadoras pedagógicas. Essas profissionais acompanham os cadernos de planejamento das escolas e verificam se o pla-

nejado está sendo executado. Além disso, comparam os cadernos dos melhores alunos, verificando se o que eles trazem é condizente com o que foi estabelecido pelos professores para cada aula. Por fim, analisam as avaliações, que só são passadas para os alunos após a aprovação do coordenador ou diretor.

Segundo os professores do município, esse tipo de acompanhamento – ou de “cobrança”, como eles definem – é positivo e decisivo para a aprendizagem de todos os alunos.

Saúde e cultura como prêmio

A rede de Altamira (PA) demonstra o reconhecimento pelo trabalho do professor ao mesmo tempo em que investe na saúde e na cultura de seu corpo docente. Professor da rede municipal tem prioridade no atendimento médico, com senhas especiais que garantem consultas com os médicos da prefeitura. Professor da rede de Altamira também não paga cinema.

A Secretaria Municipal de Educação distribui ingressos mensalmente para os professores e já estuda a possibilidade de criar uma sessão especial por semana, com os filmes em cartaz, exclusivamente para eles. Segundo a secretaria, esse é um modo de ampliar o repertório cultural de quem tem compromisso com a aprendizagem das crianças.

Experiências de qualidade

A Secretaria de Educação e Cultura de Piranhas (GO) promove o Prêmio Escola Viva. Aberto a todos os professores que lecionam na Educação Infantil e do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal, o concurso busca recompensar e divulgar boas experiências de ensino e aprendizagem. Os projetos podem ser inscritos em várias modalidades – de educação ambiental e esporte como qualidade de vida a expressão artística corporal, plástica e musical – e apresentados em grupo, em temas transversais, como educação sexual ou ética.

Dentre os critérios de julgamento, são analisados o caráter inovador do processo de aprendizagem, o uso de recursos convencionais (como o livro didático) e de informática e uma interdisciplinaridade que leve em conta a realidade do aluno, da comunidade e do mundo. Os autores devem, ainda, se preocupar para que os projetos contemplem a educação inclusiva e a equidade, atentando para as necessidades especiais de aprendizagem, e apresentar informações objetivas sobre os resultados alcançados.

Superintendência de apoio

A Secretaria de Educação de Araguaína (TO) criou uma superintendência para acompanhar a formação dos professores e a aprendizagem dos alunos. Os membros da equipe foram selecionados entre os profissionais que mais se destacaram em programas do MEC para formação em Matemática e Português e têm como missão apoiar as escolas e os professores na elaboração do projeto pedagógico, no planejamento das aulas e na definição de estratégias contra a evasão escolar. "O superintendente vem pelo menos três vezes por semana à escola, para trabalhar com os professores e a coordenação pedagógica. Ele é o formador, que traz



Aluno da Escola Municipal N.P.A., de Araguaína (TO)

sugestões", diz uma coordenadora pedagógica de Araguaína.

As escolas contam também com os encontros de formação. São reuniões coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação e pautadas pelos próprios professores, sobre os temas em que eles sentem maior dificuldade. Realizados durante o horário letivo, os encontros envolvem também os coordenadores pedagógicos.

Na ausência dos professores, os alunos, no entanto, não ficam sem aula. Há uma série de atividades desenvolvidas com substitutos. A secretaria recebe o calendário dos encontros e faz, inclusive, visitas às escolas para verificar se elas estão funcionando e se as aulas estão de fato acontecendo.

Literatura por todos os cantos

No município de Farroupilha (RS), poesias produzidas pelos estudantes circulam pela cidade, dentro dos ônibus locais, ao lado de obras de autores consagrados. No centro da cidade, vitrines e espaços públicos acolhem outros trabalhos de alunos. E, nas 26 escolas que compõem a rede, há textos espalhados pelos corredores e salas de aula.

As ações fazem parte do projeto Caminhos da Leitura. Criado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos em maio de 2007, a iniciativa tem o objetivo de estabelecer uma política permanente de formação de leitores e de aproximar todos os cidadãos da literatura.

Além da exposição pública das produções estudantis, são organizadas feiras do livro, mostras sobre escritores e, mensalmente, saraus literários. Merece destaque o Concurso Estudantil de Contos e Poesias, realizado em

homenagem aos 72 anos de emancipação política de Farroupilha. O prêmio mobilizou 192 alunos do Ensino Fundamental e Médio de escolas municipais, estaduais e particulares, sendo que os melhores textos foram reunidos no livro *Trilhando Idéias nos Caminhos da Leitura*.

A valorização da leitura faz parte da política pública educacional de Farroupilha. Todas as escolas municipais contam com bibliotecas próprias, e as crianças são incentivadas a ter contato com livros desde a Educação Infantil. Os professores e funcionários das bibliotecas participam de encontros mensais de qualificação e são responsáveis por estimular a leitura, a reflexão, a criatividade e escrita dos alunos – o que se espelha no uso constante das bibliotecas. Esse esforço coletivo garantiu à cidade um lugar entre os 15 finalistas do Prêmio VivaLeitura 2007 (veja ao lado).

Projeto Olhares, desenvolvido com a Secretaria Municipal de Cultura, é uma iniciativa aberta para educadores tanto da rede pública quanto da privada. Pelo projeto, os professores ampliam horizontes culturais e sociais, indo a cinemas e teatros, participando de oficinas e assistindo a palestras sobre os mais variados temas, de arte à saúde da mulher.

Em pouco mais de dois anos de funcionamento, a Escola de Formação rendeu à rede a reestruturação

dos currículos e o alinhamento das metodologias e dos programas de ensino em suas unidades. Com ela, a rede também está construindo competências em formação e em programas de ensino, o que reduz gradualmente a dependência de consultoria externa. Ao contrário, agora é a Escola de Formação de Sobral que dissemina a experiência bem-sucedida, prestando consultoria a redes parceiras, de outros municípios cearenses.

Parada para a leitura

Parar 30 minutinhos por semana para ler. Essa foi a idéia da Escola Municipal Barra do Forqueta, em Arroio do Meio (RS), para incentivar a leitura entre todos os membros da comunidade. Em março de 2005, a escola criou a Parada Semanal, em que os professores da escola incentivam seus alunos a ler em sala de aula. O tipo de texto (livros, jornais, revistas, quadrinhos), o tema e a forma de organização (individual, em grupo, dramatização) são definidos pelo próprio educador. A idéia deu tão certo que, aos poucos, foi "contaminando" outras escolas. Os funcionários da Secretaria Municipal de Educação (SME) também passaram a dedicar 15 minutos por semana à leitura de livros relacionados a educação e revistas especializadas.

A secretaria disponibiliza um professor, que visita as escolas periodicamente, contando histórias às crianças de 4 a 10 anos. Em outras ocasiões, a secretaria convida autores de renome para conversar com elas. Um mês antes da visita, os alunos estudam textos do autor; dramatizam suas obras e preparam questões para o escritor.

A secretaria ainda organiza um concurso literário. Os melhores textos são reunidos em livro coordenado e diagramado pelos técnicos da secretaria para aproveitar bem os recursos disponíveis. A publicação é lançada no Culturarte, evento que reúne exposições e apresentações culturais, além de uma feira de livros. Segundo a SME, a coletânea dos textos é o livro mais vendido na feira.

Turma nova para aprender mais

A estratégia de reenturmação é uma política da Secretaria de Educação de João Monlevade (MG) adotada por todas as escolas conforme suas especificidades. Na Escola Municipal Cônego José Higinio de Freitas, os alunos são reorganizados de acordo com suas dificuldades, em classes que têm uma semana de aulas de reforço em Português e Matemática, ao final de cada trimestre.

Ao final do ciclo, a criança que não conquista as competências mínimas desejadas passa a integrar uma turma especial, a “turma de projeto”, em que recebe atendimento diferenciado, com uma equipe interdisciplinar de professores de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências. “O que faz a diferença é

esse olhar diferenciado para cada aluno. A gente não coloca todo mundo num pacote só. Todos nós temos necessidades especiais”, diz uma professora da rede municipal de João Monlevade.

Os depoimentos levantados durante esta pesquisa indicam que tanto os alunos quanto seus pais entendem claramente a intenção da iniciativa. Indagados sobre as práticas de reenturmação, os pais demonstram compreender que isso faz parte do processo de aprendizagem, que “em algum momento a gente sempre demora mais para aprender”. Para os alunos, a experiência não é razão para baixar a auto-estima. Ao contrário, eles sentem-se apoiados e respeitados em sua diferença.

Além das fronteiras da sala de aula

Em Formosa (GO), as atividades complementares têm uma ligação estreita com o processo de aprendizagem. Merece destaque o Programa Ações Educativas Complementares. Cada escola da rede tem pelo menos uma atividade desse programa. Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ele tem por objetivo consolidar práticas pedagógicas nas áreas de recreação, esporte, arte e cultura.

São realizadas atividades como karatê, futebol, xadrez, dança, capoeira, natação, música, bordado, fanfarra, confecção de caixas e instrumentos, em horários diferenciados das aulas regulares e com proposta pedagógica alternativa. As

escolas acompanham a frequência (no mínimo, 5 horas semanais) e o aproveitamento dos alunos atendidos.

As ações seguem o Projeto Político-Pedagógico de cada escola e estão voltadas para o desenvolvimento das potencialidades da criança, do jovem e de sua família, contribuindo, entre outras coisas, para a formação pessoal, a promoção social e o fortalecimento da auto-estima.

As escolas também se integram, na medida em que se envolvem em campeonatos, apresentações artísticas e gincanas. A Secretaria Municipal de Educação promove, ainda, a troca formal de experiências pedagógicas por meio das Feiras Culturais, onde cada escola expõe práticas inovadoras, produções dos alunos e faz apresentações artísticas.

Parcerias para a inclusão social

Desde 2006, o município de Lagamar (MG) lança mão de parcerias com o setor privado e com organizações não-governamentais (ONGs) para promover a inclusão de crianças e adolescentes em situação de risco social. Voltadas ao desenvolvimento integral do aluno, são iniciativas que também preparam o jovem para ingressar no mundo do trabalho.

Em parceria com uma grande empresa do ramo de metais e com uma ONG, foi criado um projeto de inclusão digital. O Projeto Conecta consiste em um centro de capacitação em informática, que oferece oficinas de informática e manutenção de computadores a 400 jovens de 14 a 24 anos. O acesso gratuito à internet também é

aberto à comunidade de baixa renda. Já o Projeto Meu Jardim promove atividades profissionalizantes em horticultura e jardinagem para adolescentes de 14 a 17 anos. E o Projeto Escolinha Conscienciarte – Programa 2º Tempo oferece aulas de futebol, capoeira, natação, vôlei, percussão e artes no contraturno a 100 alunos da Educação Básica (entre 7 e 15 anos), além de ações para elevação da escolaridade e formação em direitos humanos.

Para participar de todos esses projetos, o aluno deve ter alta frequência e bom desempenho escolar. A articulação entre os educadores do projeto e a comunidade escolar garante que o estudante seja estimulado a se dedicar na escola e nas atividades das quais participa.

Aprendizado mútuo

O trabalho de inclusão nas escolas da rede municipal de Apiacás (MT) começou em 2004, com a implantação de uma sala de recursos, que atendia, inicialmente, apenas os deficientes visuais. Hoje, a sala atende pessoas com qualquer tipo de deficiência, matriculadas no ensino regular. A sala, que fica no Centro de Promoção Educacional, recebe crianças de toda a rede uma vez por semana, no contraturno. A Secretaria Municipal de Educação fornece, ainda, transporte para qualquer aluno que necessite. Na sala, os estudantes recebem apoio didático-pedagógico no desenvolvimento de habilidades e capacidades que permitam

sua efetiva inclusão no ensino regular, como melhorar a coordenação motora ou aprender a ler em braile. Os professores confessam que, inicialmente, sentiram alguma insegurança ao trabalhar com as crianças com deficiência, pois as mudanças são bastante recentes. No entanto, é unanimidade entre eles que a inclusão é um passo importante para a qualidade da educação no município e um ganho, tanto para as crianças quanto para os profissionais. "A inclusão é um grande desafio por ser uma prática distante do que era realizado até há pouco. Mas é um aprendizado mútuo", diz um professor.

PRÁTICAS

Valorização do professor:

- reconhecimento por criatividade, dedicação e colaboração
- encontros de trocas de experiências entre pares
- acesso à cultura (ex.: ingressos para cinema, teatro, livros)

Valorização da leitura:

- bibliotecas itinerantes, em ônibus, baús de literatura e até carrinhos de mão e jogue com livros (Alto Alegre do Pindaré – MA)
- saraus, concursos e prêmios de fundações, eventos com comunidade para contarem dos livros que leram e recomendam
- poesia dos alunos nos ônibus da cidade
- cantinho da leitura
- contação de histórias, dia da leitura e “parada para leitura”, em que alunos, escola e rede param 30 minutos na semana para todos lerem livros.

Nenhum a menos:

- reforço solidário – trabalho voluntário de funcionários da escola e da secretaria
- grupo de apoio alfabetizador (10 melhores professores da rede ganham salário extra para auxiliar alunos)
- coordenador do sucesso de alunos (professor externo da rede para auxiliar em casos pontuais)
- sala de recursos (compartilhada em algumas redes – “aluno é da rede, não da escola”)
- professores itinerantes (para alunos que estão temporariamente em casa)
- professores de apoio (diferente de eventual ou substituto, faz parte do quadro da rede) realiza auxílio ao professor de classe, substituição em caso de falta e reforço para alunos que precisam de apoio individualizado

- reenturmação nos finais de semestre para aulas específicas com cada grupo por duas semanas.

Atividades complementares:

- para crianças com dificuldades de aprendizagem aulas de música, poesia e trabalhos manuais para adquirirem gosto por aprender.
- Esportes em ONGs ou clubes reservados para alunos da rede pública

Manutenção:

- Mutirão das famílias

REFERÊNCIAS

UNICEF, **Redes de aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender.** Brasília: UNICEF, 2009. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/Redes_de_aprendizagem.pdf

2.3. Cidades Educadoras

Diferentemente das outras metodologias apresentadas, Cidades Educadoras é uma metodologia mais ampla, apenas com princípios norteadores, cuja produção sistematiza e analisa essa prática trazendo exemplos ou casos pontuais. Diante dessa diversidade de casos e materiais, optamos por apresentar aqui aqueles que foram analisados pela academia ou que trazem contribuições sobre a sistematização dessa metodologia, sendo eles a tese de doutorado transformada em livro pela UFRGS sobre o conceito de cidades educadoras e os casos de Porto Alegre (Brasil), Rosário (Argentina) e Barcelona (Espanha); um estudo feito pela rede estatal de cidades educadoras na Espanha, sobre a participação das famílias; e mais três materiais elaborados pelo Aprendiz trazendo o conceito de Bairro Educador e os casos do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Sorocaba, e em São Paulo os bairros Vila Madalena, Centro, Jardim Ângela e Heliópolis. Esse subcapítulo visa, portanto, trazer uma visão geral sobre o tema, sistematizando parte dessa informação, sem se aprofundar em um estudo específico, como nas metodologias anteriores.

Cidades Educadoras é uma metodologia diretamente relacionada com as Comunidades de Aprendizagem por estimular e realizar práticas dialógicas, a participação da comunidade, práticas inclusivas e a intenção educativa. A principal diferença seria a compreensão que se tem de educação, sendo que para as Cidades Educadoras a perspectiva da educação integral é bastante integrada ao território, enquanto para as Comunidades de Aprendizagem o foco é a escola e sua dimensão instrumental. De modo ilustrativo poderíamos pensar que na Comunidade de Aprendizagem a intenção é trazer a Comunidade para a Escola, enquanto nas Cidades Educadoras o objetivo é que a escola transborde seus muros e ela seja a própria Comunidade.



APRESENTAÇÃO

Uma Cidade Educadora é aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. Na Cidade Educadora, as diferentes políticas, espaços, tempos e

atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano.

Este conceito ganhou força e notoriedade com o movimento das Cidades Educadoras, que teve início em 1990 com o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, na Espanha. Nesse encontro, um grupo de cidades pactuou um conjunto de princípios centrados no desenvolvimento dos seus habitantes que orientariam a administração pública. (CIDADES EDUCADORAS - <http://cidadeseeducadoras.org.br/conceito/>)

A Associação reúne mais de 482 cidades em 36 países do globo. Atualmente, 16 municípios compõem a Rede Brasileira de Cidades Educadoras:

- Belo Horizonte
- Caxias do Sul
- Embu
- Guarulhos
- Horizonte
- Mauá
- Nova Petrópolis
- Porto Alegre
- Santiago
- Santo André
- Santos
- São Bernardo do Campo
- São Carlos
- São Paulo
- (Sobral – projeto)
- Sorocaba
- Vitória

PRINCÍPIOS E MÉTODOS

Segundo a Carta das Cidades Educadoras, seus 20 princípios são:

1. Todos os habitantes de uma cidade terão o **direito de usufruir**, em condições de liberdade e igualdade, **dos meios e oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que a cidade oferece**. Para que isso seja possível, devem ter-se em conta todas as categorias, cada uma delas com as suas necessidades particulares. Dever-se-á promover uma educação destinada a favorecer a diversidade, a compreensão, a cooperação e a paz internacional. Uma educação que permita evitar a exclusão motivada pela raça, sexo, cultura, idade, deficiência, condição económica ou noutros tipos de discriminação. No planeamento e governo da cidade tomar-se-ão todas as medidas necessárias para eliminar os obstáculos (incluindo as barreiras físicas) que impeçam o exercício do direito da igualdade. Serão responsáveis por este empreendimento, para além da Administração Municipal, outros organismos da Administração que nela intervêm. Os habitantes envolver-se-ão tanto pessoalmente como através dos vários tipos de associação a que pertencam. 2. **Os municípios exercerão com eficácia as competências que lhes são atribuídas em matéria de educação**. Qualquer que seja o alcance dessas competências, eles deverão desenvolver uma política educativa exaustiva de índole global, com o fim de incluir todas as modalidades de educação formal e não formal, as diversas manifestações culturais, as fontes de informação e os meios de

descoberta da realidade que existam na cidade. O papel da Administração Municipal é, por um lado, obter as disposições legislativas provenientes da Administração Central e Regional e, por outro lado, estabelecer as políticas locais que se revelem possíveis; ao mesmo tempo estimulando a participação dos cidadãos no projeto coletivo, a partir das instituições e organizações civis e sociais ou de outras formas de participação espontânea. 3. A cidade deverá encarar as oportunidades de **formação de modo global**. O exercício das competências em matéria educativa será levado a cabo dentro de um **contexto mais amplo de qualidade de vida, de justiça social e de promoção dos seus habitantes**. 4. Para que a sua ação seja adequada, os responsáveis pela política municipal da cidade devem ter **conhecimento direto da situação e das necessidades dos seus habitantes**. Para este efeito promoverão a realização de estudos, que manterão atualizados e públicos, e formularão propostas concretas e de política geral que deles resultem. 5. No quadro das suas competências, o município deve **conhecer - encorajando a inovação – o desenvolvimento da ação formativa** que se realiza nos centros de ensino estruturado da sua cidade, sejam estes de âmbito local, nacional, público ou privado. Deve ainda conhecer e promover iniciativas de educação não formal, nos aspectos do seu curriculum e objetivos que se refiram ao conhecimento real da cidade e à formação e informação dos seus habitantes - para uma cidadania responsável. 6. **O município avaliará o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou outras**, e das realidades que as crianças e os jovens recebam sem mediação alguma; nestes casos, o Município deverá, sem dirigismos, tentar empreender ações que deem lugar a uma justificação ou interpretação razoáveis. Deverá também procurar estabelecer um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária para a descoberta. Proporcionará, assim, fóruns de debate incluindo o intercâmbio entre as cidades, para que os seus habitantes possam utilizar plenamente as mudanças geradas pelo mundo urbano. 7. A satisfação das necessidades das crianças e dos jovens, no âmbito das competências do município, pressupõe uma **oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural**, a serem partilhados com outras gerações. O município, no processo de tomada de decisões, deverá ter em conta o impacto das mesmas. 8. **A cidade oferecerá aos pais uma formação que lhes permita ajudar os seus filhos a crescer e utilizar a cidade num espírito de respeito mútuo**. Neste sentido, deverá promover projetos destinados aos educadores em geral e divulgará as instruções necessárias a todas as pessoas em contato com as crianças - quer se trate de particulares, funcionários ou empregados dos serviços públicos. O município também assegurará que estas instruções sejam assumidas pelos organismos de segurança e de proteção civil que de si dependam diretamente. 9. A cidade deverá **oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocupar um lugar na sociedade**; aconselhá-los sobre a sua orientação pessoal e profissional e facultar a sua participação numa ampla gama de atividades sociais. No âmbito específico da relação

educação/trabalho é importante assinalar a estreita relação que deverá existir entre a **planificação educativa e as necessidades do mercado de trabalho**. As cidades definirão estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborarão com as organizações de trabalhadores e empresários na criação de postos de trabalho. 10. A cidade deverá **conhecer os mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as formas de que se revestem, assim como desenvolver as intervenções compensatórias adequadas**. Deverá prestar uma atenção especial aos indivíduos recém-chegados, emigrados ou refugiados têm direito a sentir com liberdade que aquela cidade é a sua. 11. As intervenções destinadas a corrigir as desigualdades podem assumir múltiplas formas, mas deverão partir de uma **visão global do indivíduo**, de uma concepção global que satisfaça os seus interesses, assim como do conjunto de direitos comuns a todos. Qualquer intervenção significativa pressupõe a garantia, através duma responsabilidade específica, da coordenação entre as administrações implicadas e os respectivos serviços. 12. A cidade **incentivará o Associativismo** com o fim de formar os jovens para a tomada de decisões, canalizar atuações ao serviço da sua comunidade e obter e difundir informação - materiais e ideias para promover o seu desenvolvimento social, moral e cultural. 13. A cidade educadora deverá **ensinar os seus habitantes a informar-se, formar na informação**. Estabelecerá instrumentos úteis e linguagens adequadas para que os seus recursos estejam ao alcance de todos num plano de igualdade. Certificar-se-á que a informação abranja os habitantes de todos os níveis e idades. 14. Se as circunstâncias o exigirem, **as crianças disporão de locais de informação, e de auxílio, especializados, e, se necessário, de um conselheiro**. 15. Uma cidade educadora deverá saber encontrar, preservar e divulgar a sua própria identidade. Deste modo estará a fazer algo único que servirá de base a um diálogo fértil com os seus habitantes e com outras cidades. **A valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais**. Poderá assim oferecer uma imagem atrativa sem desvirtuar o seu ambiente natural e social. 16. A transformação e o **crescimento de uma cidade deverão ser regidos pela harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituem claras referências do seu passado e da sua existência**. O planeamento urbano deverá ter em conta o impacto deste no desenvolvimento de todos os indivíduos, a integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra a segregação de gerações, as quais têm muito a aprender mutuamente. O ordenamento do espaço físico urbano deverá realçar o reconhecimento das necessidades de recreio e de lazer e propiciar a abertura a outras cidades e à natureza, tendo em conta a interação entre elas e o resto do território. 17. A cidade deverá garantir a qualidade de vida a partir de um **meio ambiente saudável e de uma paisagem urbana em equilíbrio com o seu meio natural**. 18. A cidade **favorecerá a liberdade e a diversidade cultural**. Acolherá tanto as iniciativas de vanguarda como a cultura popular. Contribuirá para corrigir as desigualdades que surjam na promoção cultural, resultantes de critérios

exclusivamente comerciais. 19. Todos os **habitantes da cidade têm o direito de refletir e participar na criação de programas educativos**, e a dispor dos instrumentos necessários que lhes permitam descobrir um projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece, nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifeste por eles e na forma de os escutar. 20. Uma cidade educadora **não segregará as gerações**. Os princípios enunciados são o ponto de partida para o desenvolvimento do potencial educativo da cidade em todos os seus habitantes. Esta Carta deverá, por consequência, ser completada nos aspectos não tratados nesta ocasião. (CIDADE EDUCADORA - <http://cidadeseeducadoras.org.br/conceito/>)

Morigi (2014), que analisou as cidades de Porto Alegre, Rosário e Barcelona, conclui em sua tese que:

Esse processo-projeto de Cidade Educadora, mantido e qualificado pela atuação da AICE, é um “inédito-viável” no qual as cidades pesquisadas se mantem há mais de uma década, ressignificando o papel das escolas na cidade, intercambiando os espaços do território como locais educativos, de convivência e onde se constrói o conhecimento, contando com todos os agentes educativos das entidades e das comunidades, nos mais diversos espaços onde acontece a vida.

As cidades pesquisadas mostram uma intencionalidade política de mudança, de nova organização e de melhoria da educação. O pertencimento à rede de Cidades Educadoras certamente ajudou nisso e nos mostra uma valorização da vida e da cidadania. Ainda há problemas por resolver, mas os projetos encontrados revelam uma preocupação sensível com os habitantes das cidades, com as crianças, os idosos e todos aqueles que ali vivem. São ações e intenções que apontam para uma cidade diferente, assumidamente educadora e à qual pode-se afirmar que faz educação em todos os seus espaços e através de todos.

Especificamente observando o envolvimento das famílias nesse “processo-projeto”, o Caderno de Boas Práticas das Cidades Educadoras traz os seguintes objetivos para projetos dessa natureza:

Objetivos generales

- Reforzar el papel activo de las familias de niñas/os y jóvenes en la construcción de la ciudad que queremos para todas las personas.
- Pensar y reflexionar conjuntamente en las medidas que impliquen al mayor número de familias en la consecución del objetivo común de mejora del éxito escolar y educación de calidad para todas.
- Analizar el papel de las Ciudades Educadoras en las políticas de Educación y Familias.

Objetivos específicos

- Dinamizar un grupo de trabajo capaz de compartir y promover reflexiones.
- Recopilar información de experiencias y buenas prácticas relacionadas con la temática.
- Diseñar medidas y propuestas conjuntas que sean capaces de:
 - Fortalecer la participación activa de las familias en la toma de decisiones de la ciudad que queremos construir conjuntamente.
 - Dignificar y fortalecer el papel y presencia de las AMPAs como canales de participación comunitaria.
 - Facilitar el acceso de las familias a los recursos, que desde los diferentes servicios de los Ayuntamientos se pone a su disposición.
 - Potenciar el papel de las familias como promotoras de los principios de las Ciudades Educadoras.
 - Estructurar canales y medios de relación entre las AMPAs, los Centros Educativos, el tejido asociativo y servicios municipales
 - Crear una plataforma de comunicación entre las ciudades de la red temática.

A principal parceira das Cidades Educadoras no Brasil é a Associação Cidade Escola Aprendiz, responsáveis por elaborar as 4 premissas para o desenvolvimento de Cidades Educadoras:

- 1) participação e controle social,
- 2) escolas que se reconhecem como agentes de transformação do território,
- 3) intersectorialidade,
- 4) acesso aos bens culturais da cidade.

O Aprendiz é o criador do conceito Bairro-Escola, tendo implementado e auxiliado na implementação de diversos Bairro-Escolas pelo Brasil. Este conceito foi sistematizado como uma metodologia reconhecida pelo MEC como uma tecnologia social.

Os passos para seu desenvolvimento são:

PASSO 1: CONSTRUÇÃO DE BASES POLÍTICO-COMUNITÁRIAS

A Educação Comunitária acontece de forma mais potente quando se configura como um projeto de cidade, ou seja, quando deixa de ser uma iniciativa localizada, restrita a uma escola ou região, e ganha foco municipal. Vale ressaltar que a experiência só ganha esse nível de escala se:

- Coordenada pelo poder público local;
- Legitimada por um pacto com a sociedade civil;
- Respalhada por leis que viabilizem a sua operacionalização.

PASSO 2: IDENTIFICAÇÃO DE REFERÊNCIAS

Ao planejar seu programa de Educação Comunitária, escolas, organizações e municípios devem ter a preocupação de conhecer e analisar experiências semelhantes que já vêm sendo realizadas dentro e fora dos seus limites geográficos. Iniciativas localizadas ou de grande escala que estão sendo implementadas em diferentes estados brasileiros podem servir de inspiração, subsidiar o processo de concepção e evitar problemas de execução que já foram enfrentados e solucionados por outras instituições. Estudos e cursos de especialização oferecidos por algumas das principais universidades brasileiras também constituem importantes fontes de orientação. A busca por referências deve prever também a identificação de pesquisas e projetos realizados nas mais diversas áreas do conhecimento que interagem com a proposta do Bairro-Escola, entre elas urbanismo, educação, cultura, trabalho, economia e novas tecnologias.

PASSO 3: REALIZAÇÃO DO PROJETO-PILOTO

Sugerimos às escolas, organizações ou municípios interessados em implantar o Bairro-Escola que desenvolvam uma etapa piloto antes de consolidar ou dar escala ao seu programa. Inicialmente, é preciso definir o foco dessa primeira experimentação a partir de critérios que garantam a sua capacidade de gerar exemplaridade. O piloto pode abranger uma escola ou um bairro da cidade. O processo de planejamento e execução deve ser registrado, monitorado e avaliado cuidadosamente, a fim de que se construam referências para seu aprimoramento e expansão. Ainda assim é importante considerar cada nova experiência como única, ou seja, os parâmetros construídos não devem assumir o caráter de receita, mas oferecer orientações flexíveis e adaptáveis às especificidades e demandas de cada escola ou localidade.

PASSO 4: MAPEAMENTO

A construção do mosaico comunitário do Bairro-Escola se inicia com o mapeamento de indicadores sociais, oportunidades e parceiros:

- Mapeamento dos Indicadores Sociais
- Mapeamento de Oportunidades
- Mapeamento de Parceiros

PASSO 5: CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE TRILHAS EDUCATIVAS

As trilhas educativas dão mobilidade ao processo pedagógico e conectam as diversas oportunidades disponibilizadas pelo Bairro-Escola, com o objetivo de enriquecer, complementar e apoiar o ensino formal. Tais percursos formativos são construídos e gerenciados com a colaboração do Educador Comunitário, peça-chave de todo o programa e responsável por mediar a relação entre as escolas, os parceiros e a comunidade. Cabe a cada colégio, organização ou município decidir quais trilhas podem ou precisam construir nos diferentes momentos de implantação do seu programa.

- Trilhas Escolares
- Trilhas Complementares
- Trilhas de Apoio

PASSO 6: EXPRESSÃO, COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

O Bairro-Escola, enquanto processo comunitário, precisa abrir espaço para a expressão e participação de todos os interessados. A população deve ser

encorajada a emitir suas ideias, opiniões e propostas a respeito da iniciativa, as quais devem ser valorizadas e consideradas sempre que possível. O programa, por sua vez, também precisa se comunicar permanentemente com a comunidade, a fim de conscientizar as pessoas sobre a importância da Educação Comunitária, convocá-las a contribuir de maneira cada vez mais intensa e divulgar oportunidades, ações e resultados para que sejam usufruídos e celebrados por todos. Recomendamos ainda que os saberes gerados pelo Bairro-Escola sejam sistematizados e compartilhados interna e externamente, a fim de que possam subsidiar outras experiências e se aprimorar na interação com elas.

PASSO 7: EXPANSÃO

O processo de expansão do Bairro-Escola deve priorizar regiões que apresentem alto nível de vulnerabilidade e demanda social, capacidade de promover oportunidades e parcerias, receptividade e adesão local. O ganho de escala deve ser acompanhado pela construção de parâmetros de qualidade e indicadores de resultados, analisados por meio de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. A preocupação é preservar princípios e conceitos e assegurar o alcance dos impactos esperados. Conselhos ou comitês compostos por representantes do poder público e da sociedade civil podem constituir importantes aliados desse processo, desde que tenham clareza do seu papel e competência para cumprir essa função.

A GESTÃO DO BAIRRO-ESCOLA:

- Tomada de decisão: Conselhos Locais e Conselho Gestor
- Execução: Escola, Parceiros e Educadores Comunitários

(APRENDIZ, 2015)

Além dessa sistematização, o Aprendiz elaborou diversos materiais complementares que se articulam com o Bairro Educador, como as Trilhas Educativas.

As trilhas educativas são uma metodologia que propõe a integração dos saberes comunitários ao currículo escolar, à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Podem ser entendidas como caminhos pedagógicos, isto é, percursos de aprendizagem que integram campos diversos do conhecimento com base em contextos temáticos de estudo, contribuindo para a investigação de indagações levantadas pelos educandos. Na perspectiva da educação integral, as trilhas apresentam-se como uma alternativa diferenciada de organização curricular, na medida em que possibilitam a integração de diferentes saberes, comunitários e científicos, atrelados às oportunidades educativas da cidade. Buscam também contribuir para a construção de uma relação autônoma e prazerosa com o conhecimento, uma vez que conectam o processo de ensino-aprendizagem à vida do educando, possibilitando que este beneficie-se dos recursos educativos de sua comunidade e que produza conhecimento relevante para sua transformação. Assim, é por meio da

articulação entre os interesses dos educandos, dos PCN e dos potenciais educativos do território que uma trilha educativa pode ser estabelecida.

1o PASSO: ESTABELECIMENTO DO OBJETO DE PESQUISA DO GRUPO

2o PASSO: CONSTRUINDO UM PLANO DE TRABALHO

A – Mapeamento dos recursos educativos e potencialidades do território

B – Planejamento das estratégias de pesquisa dos recursos educativos

C – Construção do cronograma

3o PASSO: ARTICULAÇÃO COM O CURRÍCULO

4º PASSO: ESCOLHA DOS INSTRUMENTOS/RECURSOS PARA A SISTEMATIZAÇÃO E A AVALIAÇÃO CONTÍNUA DO CONHECIMENTO

5o PASSO: AVALIAÇÃO

6o PASSO: COMPARTILHAMENTO DO APRENDIZADO

(APRENDIZ, 2012)

CASOS E PRÁTICAS

Como abordado anteriormente, são muitos os casos e práticas vinculados à Cidade Educadora e Bairro-Escola. Traremos aqui os casos sistematizados na bibliografia levantada, dando especial atenção aos casos relacionados a família e integração com a comunidade.

Na tese de doutorado de Morigi (2014), o autor destaca as seguintes práticas:

1. Barcelona
 - Implementação do recolhimento seletivo dos resíduos
 - Conexão dos bairros com transporte público
 - Conselhos de cidadania: conselho da cidade, conselhos setoriais, conselhos setoriais distritais, conselho cidadão dos distritos, conselhos de bairros, conselho dos equipamentos públicos,
 - Órgãos do governo participativo: conselho plenário municipal, comissão do conselho municipal, comissões especiais do conselho municipal, comissão consultiva do distrito
2. Porto Alegre
 - Educação Ambiental através do Laboratório de Inteligência do Ambiente Urbano
 - Cidade Escola: a educação integral utilizando-se dos espaços e serviços da cidade
 - Escola aberta: a escola como polo de educação, cultura e lazer aos finais de semana
3. Rosário
 - Pressuposto (orçamento) participativo
 - Centro Cultural El Obrador de diálogo entre as culturas originárias e a cultura urbana

- Área da diversidade sexual (assessoria jurídica, psicológica e apoio educacional e laboral)
- Campanha de prevenção à violência de gênero
- Rosário mais limpa
- Espaços públicos pensados a partir da infância: Granja da infância (integração entre o urbano e a natureza), Jardim dos pequenos (parque lúdico) e Ilha dos inventos (ciência, artes e tecnologia)

Morigi (2014) dá alguns exemplos do que as Cidades Educadoras podem fazer:

- criação e desenvolvimento de programas de educação ambiental em colaboração com empresas públicas municipais,
 - campanhas de sensibilização da população para aceitação do outro,
 - realização de atividades integradoras de centros de interesse de associações locais e de animação de rua;
 - apoio a iniciativas locais das entidades que podem ter até reflexo nacional,
 - disponibilização de espaços para sede e funcionamento de associações e comissões diversas,
 - criação de parques e espaços de lazer, numa política pedagógica de ocupação e mobilização das crianças em períodos de férias escolares,
 - criação e dinamização de espaços culturais municipais e de espaços e programas pedagógicos,
-
- a evolução da política de acessibilidade, com adequação dos espaços públicos das ruas, bem como de edifícios de acesso público,
 - valorização e recuperação dos centros históricos de cada cidade,
 - programas e roteiros de “visita guiada” a cidade, onde possa ser contada a história da mesma,
 - prevenção e segurança para os habitantes, através de uma política pública de proteção à vida,
 - políticas sociais que atendam a questão do alojamento das pessoas em situação de rua,
 - articulação da rede e horários dos transportes públicos com a rede e horários dos estabelecimentos de educação e ensino,
 - crescimento urbano articulado com a expansão dos equipamentos escolares.

Já no Caderno de Boas Práticas das Cidades Educadoras relativo à integração das famílias, temos os seguintes casos:

Alzira: “escola de pais e mães” para estimular a participação nas atividades públicas e nos conselhos e decisões da cidade

Avilés: “comunidade educadora”: desenvolvimento de projetos educativos entre bairros com planeamento, acompanhamento e avaliação por parte das famílias

Barakaldo: “intervenção socioeducativa”: individual, em grupos ou famílias; “escola de pais e mães”: reunião de famílias para autoformação; “contato”: serviço de prevenção de drogas para famílias com filhos adolescentes; “bazar beneficente infantil”: arrecadação de jogos e brinquedos para as escolas via associação de pais.

Ciclana: “oficinas e conversas” entre famílias sobre formação dos filhos

Eivissa: “escola de pais e mães”: curso para as famílias, divididos por faixa etária dos filhos

Lleida: “ludoteca e família”: para acompanhamento das famílias que têm filhos menores de três anos em encontros coletivos

Parets del Valles: “rede de debate educativo com e para as famílias”, com participação de pais, mães, avós e diferentes profissionais para troca de experiências sobre a educação das crianças e jovens

Sant Cugat: “ciclo de palestras e conversas” com as famílias, abordando temas específicos para cada faixa etária dos filhos; “plano de ação comunitário”, em que se identificou o interesse das famílias em conversar com especialistas para melhoria do desempenho escolar

Valencia: “diagnóstico objetivo do serviço” para identificar como as famílias interagem com os centros educativos e com o bairro, criando programas de envolvimento das famílias e fomentando a participação da sociedade.

Vitoria: “escola de pais e mães” para diálogo reflexões compartilhadas para a autoformação das famílias. Contribuiu para criação de rede de apoio entre as famílias, e com o planejamento de atividades de lazer entre as famílias

Xabia: “plano de formação para competências básicas”, elaborado para envolver as famílias e a comunidade na melhoria do rendimento dos estudantes.

Por fim, temos os casos dos Bairros-Escola do Aprendiz, conforme segue:

Bairro-escola Recife

Na capital pernambucana, o programa representou o resgate do Movimento de Cultura Popular, surgido na década de 1960 com os objetivos de alfabetizar crianças e adultos e difundir a arte popular regional. Espetáculos em praça pública, organização de grupos artísticos, oficinas e cursos de arte, exposições, livros e cartilhas dialogavam e integravam um trabalho de alfabetização liderado pelo educador Paulo Freire (1921-1997) e apoiado pelo então ministro da Educação, Darcy Ribeiro (1922-1997). Décadas depois, mais precisamente a partir de 2010, movida pelo propósito de aliar o currículo escolar com a valorização da cultura e dos saberes locais, a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer (SEEL) deu início ao Bairro-escola Recife. O Programa se desenvolveu a partir da ação-piloto na região central até a integração de três outros projetos

da SEEL para possibilitar sua disseminação por toda a cidade, passando pela articulação de redes nas comunidades.

Bairro Educador (BE) no Rio de Janeiro.

Na capital fluminense, berço dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), concebidos por Darcy Ribeiro e executados com a arquitetura de Oscar Niemeyer (1907-2012) nos anos 1980, o projeto promoveu iniciativas inovadoras relativas à reorganização curricular, ao espaço escolar e à relação entre escolas e comunidades. Iniciado em 2009, o BE foi implementado em 49 territórios e teve o envolvimento de 230 unidades escolares da rede municipal. A iniciativa possibilitou, em diferentes níveis, a efetivação de processos de democratização das escolas, da articulação destas com as famílias e da efetiva apropriação, pelos estudantes, da cidade como espaço e agente educativo.

Belo Horizonte, Minas Gerais

Cidade que já foi responsável por coordenar a Rede Brasileira de Cidades Educadoras. Nela, o Programa Escola Integrada, iniciado em 2006, retomou experiências anteriores que faziam uso da cidade como território educativo, como a Escola Plural, que se tornou referência em proposta pedagógica voltada para o desenvolvimento integral de crianças e jovens ainda na década de 1990. Buscando garantir o sucesso de uma proposta efetivamente inovadora, o Programa Escola Integrada articulou uma ampla rede de parceiros com forte participação das universidades, o que vem possibilitando aos estudantes das escolas municipais o acesso a atividades educativas durante todo o dia, em diversos lugares da comunidade e da cidade.

Sorocaba, São Paulo

Cidade paulista que sucedeu Belo Horizonte na coordenação da Rede Brasileira de Cidades Educadoras. Em 2005, Sorocaba deu início à política “Cidade Educadora, Cidade Saudável”, integrando as Secretarias de Educação, Saúde, Esporte, Lazer e Cultura, Cidadania e Segurança. O projeto incluiu a criação de parques, ciclovias e academias ao ar livre, a despoluição de rios, a realização de eventos como caminhadas e megaplantios, o desenvolvimento de roteiros educadores pelos espaços da cidade, a integração de sistemas de gestão, a qualificação dos educadores e a ampliação da jornada escolar. (...) enfatiza os processos de formação dos profissionais da Educação Integral, especialmente os professores comunitários.

Bairro-Escola Vila Madalena

Que se desenvolve na região em que o Aprendiz está sediado desde 1998, no distrito de Pinheiros, zona oeste da cidade. O bairro de classe média é marcado por todas as contradições que caracterizam esse tipo de território: intensa desigualdade social, boa infraestrutura urbana mas equipamentos públicos ignorados pelos moradores e usados por trabalhadores vindos de outras

regiões da cidade, população em processo de envelhecimento, fragmentação dos muitos projetos e serviços educacionais disponíveis. Nesse contexto, o Bairro-Escola promove a formação de jovens agentes comunitários, intervenções criativas nos espaços públicos, trilhas educativas que integram as escolas à comunidade, diversas ferramentas de comunicação comunitária e o fortalecimento dos fóruns nos quais são desenhadas as políticas para a infância e a juventude. Como resultado, hoje o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente (Foca Pinheiros) reúne mensalmente gestores das áreas de educação, saúde e assistência social com dezenas de crianças e adolescentes de mais de 20 organizações para debater e encaminhar as questões ali priorizadas. Por esses e outros motivos, a Vila Madalena tornou-se polo de produção, conexão e referência da arte urbana, com visibilidade internacional. Nesse bairro encontra-se ainda a maior concentração de pontos de cultura do país, integrando uma política nacional de fomento à produção cultural descentralizada. Veículos de jornalismo comunitário, por exemplo, possibilitam que os atores do bairro divulguem e debatam ideias e projetos, enquanto coletivos artísticos contribuem para a apropriação comunitária de ruas, becos e praças antes abandonados e degradados.

Região central de São Paulo

Igualmente marcada por intensas contradições, possui importância histórica e cultural inquestionável, tendo sido a origem da cidade. Essa área já abrigou pessoas vindas de todos lugares do mundo e atualmente sedia alguns dos mais relevantes equipamentos culturais do país. Nessa região, que é também palco de acirradas disputas territoriais – com significativo movimento por moradia e grande número de moradores de rua e de cortiços que habitam prédios deteriorados à espera da valorização imobiliária –, o Aprendiz iniciou seu trabalho em 2005, com um projeto em que professores da rede pública participavam de uma formação em encontros itinerantes pelos equipamentos culturais da região e depois organizavam visitas de seus alunos a tais lugares, então integrados ao currículo. Já em 2008, o Aprendiz passou a fomentar grupos articuladores intersetoriais para elaborar propostas que impactassem positivamente a vida das crianças e dos jovens, em especial nos distritos da Barra Funda, Santa Cecília e Bom Retiro. Embora ainda em construção, os caminhos que levam um território a se tornar educativo já estão indicados também no Centro. Mutirões envolvendo moradores, voluntários e artistas revitalizaram uma praça, um clube-escola e uma escola. Um telecentro foi instalado em um centro cultural. Seminários, festivais, campanhas e criação de materiais de divulgação foram algumas das iniciativas realizadas para tematizar as questões priorizadas por grupos articuladores, crianças e jovens a fim de envolver mais organizações e pessoas no processo. O Bairro-Escola Centro promoveu a articulação dos equipamentos de cultura com os atores da saúde, da educação e da assistência social, que são mais próximos da população local, até então sem acesso a museus. Uma parceria inédita entre organizações

sociais, um museu e uma editora tem possibilitado a integração de solicitantes de refúgio na cidade.

Fundão do Jardim Ângela

A zona Sul de São Paulo é uma das regiões mais pobres da cidade e apresenta os piores indicadores de infraestrutura, qualidade de vida e renda. Por outro lado, é também uma área com grande potencial humano, ambiental, cultural e político. Ali, o Aprendiz começou suas atividades atendendo à solicitação de uma escola de Educação Infantil, com intervenções coletivas criativas nos muros das escolas, depois levadas para os muros da comunidade. A partir de então os agentes mobilizados da comunidade formaram um grupo articulador local que hoje se reconhece como uma rede que trabalha pelas crianças, pelos adolescentes e pelos jovens da região.

Bairro Educador de Heliópolis

Localizado na região sudeste de São Paulo, um território que se tornou educativo ao longo de 17 anos de intenso envolvimento entre associações de moradores, escolas e poder público. O movimento empreendido por esses atores conquistou um território que articula escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil e Escola Técnica com cursos escolhidos pela própria comunidade, além de rádio comunitária, três centros de Educação Infantil, centro cultural e uma orquestra sinfônica nacional à qual se liga uma escola de música para crianças. O Bairro Educador não garantiu somente a conquista de tais serviços, mas, sobretudo, o efetivo envolvimento destes com as questões da comunidade e o compromisso de todos com o desenvolvimento de suas crianças, adolescentes e jovens.

(APRENDIZ, 2015)

Dessas iniciativas destacamos a Vila Madalena por esta ter sido reconhecida pelas Cidades Educadoras e pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), ligada à ONU.



CIDADE ESCOLA APRENDIZ TRANSFORMA VILA MADALENA

A Vila Madalena é hoje um autêntico bairro-escola, referência no Brasil e no mundo. Fruto da Cidade Escola Aprendiz, a Iniciativa já faz parte do banco de experiências da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), ligada à ONU.

A transformação do bairro em uma escola a céu aberto ocorreu ao longo dos últimos dez anos, em um processo de re-significação dos espaços públicos, de participação ativa de crianças e jovens e do envolvimento de toda a comunidade.

O pontapé inicial foi o site Aprendiz, que se desdobrou em uma série de projetos em parceria com a comunidade, as escolas, famílias, empresas e, mais recentemente, com o poder público.

Hoje, a Cidade Escola Aprendiz atende 60 crianças e 70 jovens no contra-turno escolar e tem um centro de formação para disseminar o conceito de Bairro-Escola. Só em 2006, 10 mil educadores brasileiros passaram pela organização.

As crianças tiveram papel fundamental na formação do Bairro-Escola. Com a criação da Escola da Rua, um núcleo de arte e intervenção urbana e comunitária, cinco mil jovens de escolas públicas e privadas participaram do projeto 100 Muros. Ao longo de 30 meses, eles criaram coletivamente painéis de mosaicos para 100 muros da cidade.

ESCOLA A CÉU ABERTO – Em função do contato com os jovens durante o projeto 100 muros, as crianças da comunidade expressaram o desejo de também fazer parte da Cidade Escola Aprendiz. Foi assim que surgiu a Escola na Praça, que realiza atividades educativas no contra-turno escolar com estudantes de 4 a 15 anos.

O espaço utilizado é a Praça Aprendiz das Letras, um lugar aberto antes abandonado e transformado pela ONG em praça e sala de aula. “Quem conhece aquela praça hoje e a conheceu antes consegue sentir o gosto de ver uma cidade moldada não pela violência, mas pela educação”, comenta Gilberto Dimenstein, fundador da ONG. “Surgiram ali flores, cheiros, árvores, brincadeira, na rua mais violenta e suja do bairro”, descreve.

Lá, as crianças desenvolvem atividades regulares nas áreas de artes, música e comunicação, além de atividades esportivas. “A Escola na Praça não é apenas um espaço dedicado à educação. Vai além. Por meio da arte, contribui para que o processo de ensino incorpore valores de cidadania, ética e respeito à diversidade”, diz a diretora geral da Cidade Escola Aprendiz, Natacha Costa. “Mais

do que isso, estimula o senso estético, a reflexão, a criatividade e o resgate da identidade das crianças e da comunidade da Vila Madalena”, acredita.

DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES – E como todas as crianças estudam, o relacionamento da Cidade Escola Aprendiz se estendeu também para as escolas, famílias e bairros. Para dividir as responsabilidades com toda a comunidade, a ONG começou a articular redes de atendimento, serviços e recursos da sociedade, tais como escolas públicas e particulares, postos de saúde, hospitais, universidades, bibliotecas, ONGs, abrigos, restaurantes, Conselho Tutelar, Coordenadoria da Educação de Pinheiros e Pastoral do Menor.

O trabalho em rede possibilitou a troca de informações sobre as famílias e um olhar integral sobre a criança e o jovem. Os pais dos estudantes atendidos pelo Aprendiz são encaminhados para receber orientação nas mais diversas áreas, como terapia familiar, direito e saúde. A rede traz uma série de benefícios para a comunidade: mais legitimidade, otimização de recursos, redução de despesas e a transformação do saber acumulativo em saber por conectividade.

O processo de formação de trilhas educativas e os diversos programas de arte e comunicação para jovens se fundiram em um grande núcleo: as Trilhas Urbanas, cuja perspectiva é a mobilidade no bairro e na cidade, seguindo o conceito de Bairro-Escola. A criança e o jovem circulam pelas ruas e os diferentes agentes do bairro colaboram com a formação deles.

No caso dos jovens, estudantes das escolas do entorno, o foco do trabalho são projetos. Depois de passar por uma série de experiências socio-culturais, eles escolhem entre as ferramentas de comunicação e arte, como rádio, vídeo, música, teatro, fanzine. Cada grupo desenvolve um pro-

jeto que dialogue com a cidade e, a partir daí, vão atrás de parcerias, sob orientação do Aprendiz.

DIÁLOGO COM A CIDADE – Os jovens começam, assim, a frequentar espaços que não frequentavam antes, como centros culturais, museus, cinema, biblioteca. “Vale frisar que as trilhas são desenhadas a partir da demanda das crianças e dos jovens. Eles são os protagonistas do estabelecimento dessas redes”, diz Natacha. “Não é o educador ou o Aprendiz que decide para onde essa criança ou esse jovem vai. Analisamos as oportunidades educativas e de apoio do bairro, a partir da demanda que eles trazem, de sua vontade, de seu talento e de suas necessidades”, reitera.

À medida que os estudantes começaram a estabelecer as Trilhas Educativas, surgiu uma série de parcerias no bairro. Um exemplo é a Gorjeta Solidária, envolvendo os restaurantes Salve Jorge, Posto 6 e Zé Menino, que destinam 10% do valor da gorjeta para o projeto Escola na Praça. “A quantia financia as aulas de basquete das crianças na Praça. Os restaurantes custeiam também o lanche para os participantes”, conta a assistente de direção, Solange Costa Ribeiro, no Aprendiz desde sua fundação.

Outra trilha é a biblioteca da Universidade Belas Artes, que montou uma sala de leitura para as crianças e deu formação para um educador do Aprendiz. O acervo está disponível para toda a comunidade. A Locadora 2001 é outro parceiro e oferece a possibilidade de atividades planejadas a partir da exibição de filmes de seu acervo.

Os exemplos não páram aí. A Associação de Cristãos e Moços (ACM) também recebe as crianças. Na C&A, jovens do Aprendiz participaram de um programa de estágio, de onde alguns saíram empregados. Uma das parcerias mais recentes é com o SESC, que está fomentando a criação de

um jornal chamado Na Faixa, com informações sobre eventos culturais gratuitos e distribuição nas escolas do bairro. Também o SESC ofereceu a oportunidade de as crianças, jovens e familiares obterem carteirinhas para livre acesso. Tanto as crianças como os jovens podem se envolver com todos esses serviços da comunidade e não necessariamente todos passam pelas mesmas trilhas. Ano a ano, as oficinas são pensadas e repensadas, seguindo um conceito de percurso formativo.

Agora, a Cidade Escola Aprendiz busca perspectivas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Mostra disso são dois projetos em andamento. O Centro Paula Souza, por meio do programa Bairro Sustentável, dá formação em competências ligadas a profissões relacionadas aos talentos do bairro. Como a Vila Madalena tem muitos bares e restaurantes, os jovens estão recebendo formação de chapeiro na Escola Técnica Guaraci Ribeiro, em Pinheiros. “A Idéia é oferecer ainda cursos de pizzaiolo, confiteiro e padeiro”, revela Natacha. Outra parceria é com a empresa de bebidas Diageo, que oferece, no Brasil e em outros países, formação para jovens como bartender e baristas.

PARCERIA FUNDAMENTAL – Por muito tempo, o poder público teve pouca presença na Cidade Escola Aprendiz. Hoje, no entanto, isso está mudando. Natacha conta que a experiência de levar as pessoas para a rua, de fazer com que elas desejem cuidar do bairro, começou a chamar a atenção e órgãos públicos começaram a apoiar as iniciativas.

O jornal Na Faixa, por exemplo, vai receber apoio das Secretarias Municipal e Estadual de Educação de São Paulo. Durante a Virada Cultural, evento cultural patrocinado pela Prefeitura de São Paulo, uma das atrações foi realizada na Praça, com

suporte da Subprefeitura de Pinheiros que, por sua vez, abraçou a idéia de Bairro-Escola e está construindo para si seus referenciais (veja box). “Nossa conclusão, ao final desse tempo todo, é que o poder público tem um papel fundamental. E é por isso que apoiamos tanto as experiências de Belo Horizonte e de Nova Iguaçu”, diz Natacha. “Não há organização não governamental, não há escola que consiga viabilizar esse processo sem que o poder público dê suporte, coloque suas secretarias para olhar, para dar apoio e entenda de fato que tem que haver uma gestão Intersetorial, um diálogo da educação com a saúde, com a assistência social, enfim, entre todos”, defende. Em parceria com o poder público, o Aprendiz começa a abrir portas para a cidade.

Segundo Natacha, a Cidade Escola Aprendiz ainda tem alguns desafios, principalmente com relação à manutenção da rede. “É preciso fomentar essa rede, para que ela continue acontecendo”, avalia. Outro ponto é a organização e divulgação das experiências. “Fazemos um trabalho forte de divulgação, mas, às vezes, falta dar conta do fluxo de informações”, diz Natacha.

Outro desafio é a avaliação dos indicadores. “Temos feito um esforço muito grande para levantar os indicadores do Bairro-Escola, que são diferentes dos convencionais”, conta Natacha. Como se trata de um movimento da cidade e do bairro, os indicadores estão ligados a fatores como a Integração da criança e do jovem à sociedade, relacionamento com a família e dessa família com a comunidade, além da capacidade das crianças e dos jovens de sonhar, de projetar seu futuro. “O bairro-escola quebra paradigmas e traz a referência de que a educação não é responsabilidade única da escola, e, sim, de uma comunidade inteira”, diz Natacha.

PINHEIROS NA TRILHA DO BAIRRO-ESCOLA

A experiência da Cidade Escola Aprendiz da Vila Madalena, em breve, vai se expandir para os bairros vizinhos. A Subprefeitura de Pinheiros está empenhada em transformar num Bairro-Escola a região, formada por 20 bairros de quatro distritos: Pinheiros, Alto de Pinheiros, Jardim Paulista e Itaim Bibi. Os primeiros passos já foram dados. Apesar de a região apresentar os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), a Subprefeitura está enfrentando uma série de desafios na implantação da Iniciativa. Resistência da comunidade em trabalhar com o poder público, falta de comprometimento e dificuldades na formação de redes são alguns dos obstáculos a serem superados.

Tudo começou com o Interesse mútuo da Cidade Escola Aprendiz e da Subprefeitura de Pinheiros em ampliar o Bairro-Escola Vila Madalena para o Bairro-Escola Pinheiros. Com essa missão, o educador Platã Stoklos Kignel assumiu, em março de 2007, o cargo de supervisor de Cultura da Subprefeitura de Pinheiros. Platã, que trabalhou no Aprendiz por dois anos, conta que a primeira ação da Subprefeitura foi a abertura do Fórum Permanente de Formulação de Políticas Públicas para Cultura, na Região de Pinheiros. O Fórum de Cultura tem como objetivo criar um espaço para a comunidade local pensar conjuntamente ações de política pública na área cultural.

O primeiro encontro foi em abril de 2007 e reuniu 60 pessoas ligadas a galerias de arte, centros culturais, ONGs, poder público e empresas. Nessa reunião, a Subprefeitura apresentou um pré-projeto para que os participantes pudessem

tirar dúvidas, dar sugestões e oferecer participação. Para Platã, a receptividade foi média. “Algumas pessoas demonstraram resistência em realizar ações conjuntas com o poder público”, lamenta.

Além do Fórum, a Subprefeitura estabeleceu quatro comissões de trabalho. A de Meio Ambiente e Cultura vai definir a ocupação dos espaços públicos na perspectiva da responsabilidade ambiental. A de Ocupação e Espaços Públicos vai pensar em como ocupar os espaços urbanos com arte, elaborar projetos e operacionalizá-los. Outra comissão é a Rede do Brooklin/Itaim. “Notamos que esses bairros têm uma cultura local muito diferente, além da questão geográfica. A idéia dessa rede é fortalecer a articulação local”, justifica.

A Comissão de Educação e Cultura é a que mais avançou nos trabalhos e já conta com mais de 30 pessoas interessadas na implantação do Bairro-Escola, ligadas a museus, instituições, empresas, escolas, associações.

Segundo Platã, nesse início do processo, a Subprefeitura age como facilitadora da rede. “Enfatizei que cada um teria que convidar outros atores sociais de suas próprias redes de contato. Em algumas ocasiões, tive a impressão de que não quiseram assumir a responsabilidade. Faltou comprometimento”, avalia. “Caso as pessoas não convidem outros atores se fará necessário pensar em nova estratégia de articulação local e de fortalecimento comunitário”, diz Platã, lembrando que uma rede se concretiza quando os participantes se apropriam do coletivo e passam a ser co-gestores daquela atividade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ, **Bairro-Escola passo a passo**. São Paulo: Cidade Escola Aprendiz, s/d – disponível em http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Bairro-escola_passo-a-passo.pdf

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ, **Articulação Escola-Comunidade**. São Paulo: Cidade Escola Aprendiz, 2012 – disponível em http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Tecnologias-do-Bairro-escola_Vol5_articulacao-escola-comunidade.pdf

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ, **Territórios Educativos – vol 1**. São Paulo: Cidade Escola Aprendiz, 2015 – disponível em http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Territorios-Educativos_Vol1.pdf

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ, **Territórios Educativos – vol 2**. São Paulo: Cidade Escola Aprendiz, 2015 – disponível em http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Territorios-Educativos_Vol2.pdf

CIUDADES EDUCADORAS, **Acompañamiento a familias em la construcción de las ciudades educadoras**. Espanha: Ciudades Educadoras, 2018 – disponível em http://www.edcities.org/rece/wp-content/uploads/sites/3/2018/02/02_familias.pdf

MORIGI, Valter. **Cidades Educadoras – possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2014 – disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/111913>

2.4. Cidade de Aprendizagem

– UNESCO –

APRESENTAÇÃO

A agenda de desenvolvimento sustentável 2030 tem como um de seus pilares a Aprendizagem ao Longo da Vida (Lifelong Learning). A cidade de aprendizagem é uma das formas de implementação e garantia desse objetivo e por isso estimulada pela UNESCO por meio da Rede Mundial de Cidades de Aprendizagem.

A primeira conferência internacional da rede aconteceu na **China em 2013**, quando se assinou a Declaração de Pequim sobre a Criação das Cidades de Aprendizagem e suas características fundamentais. Atualmente 205 cidades participam dessa rede.

Esta metodologia se aproxima bastante do conceito de Comunidades de Aprendizagem, sendo inclusive citado em alguns documentos da UNESCO como sinônimos. Valoriza-se a inclusão e participação de todos, com destaque para a dimensão instrumental da escola, porém, faz-se pouca referência ao modo de trabalho e construção deste projeto, citando, por exemplo, a necessidade de envolvimento de todos, mas não evidenciando os princípios dialógicos.



PRINCÍPIOS E MÉTODOS

No documento de declaração das Cidades de Aprendizagem se manifesta a compreensão de que o conceito de aprendizagem ao longo da vida não é novo, tratando-se de uma prática ligada ao desenvolvimento humano profundamente enraizado em todas as culturas.

Uma Cidade de Aprendizagem é aquela que efetivamente mobiliza seus recursos em todos os setores para:

- A promoção da **aprendizagem inclusiva**, desde o ensino básico ao ensino superior
- A revitalização da **aprendizagem nas famílias e comunidades**
- A facilitação da aprendizagem para e no local de trabalho
- A expansão do uso de novas tecnologias para a aprendizagem
- A **melhoria da qualidade e excelência na aprendizagem**

- A promoção da cultura da aprendizagem ao longo da vida

Para esta rede, as cidades que seguirem estas diretrizes, criarão e reforçarão o empoderamento do indivíduo, a coesão social, a prosperidade econômica e cultural e o desenvolvimento sustentável.

Afirmam que "**comunidades de aprendizagem**", "cidades que aprendem" e "regiões de aprendizagem" são pilares do desenvolvimento sustentável.

Seus 12 princípios são:

1. Capacitar as pessoas e promover a coesão social

Garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de aprender a ler e escrever e adquirir habilidades básicas.

- Encorajar e promover a participação ativa das pessoas na vida pública de sua cidade.
- Garantir a igualdade de gênero.
- Criar uma comunidade urbana segura, harmoniosa e inclusiva.

2. Melhorar o desenvolvimento econômico e a prosperidade cultural

Incentivar o crescimento econômico inclusivo e sustentável.

- Reduzir a proporção de cidadãos que vivem na pobreza.
- Criar oportunidades de emprego para todos os cidadãos.
- Apoiar ativamente a ciência, a tecnologia e a inovação.
- Garantir o acesso a diversas atividades culturais.
- Incentivar a participação em atividades de lazer e recreação física.

3. Promover o desenvolvimento sustentável

Reduzir os impactos negativos das atividades econômicas e outras no meio ambiente.

- Proteger o ambiente natural e melhorar as condições de vida das cidades.
- Promover o desenvolvimento sustentável através da aprendizagem ativa em todos os ambientes.

4. Promover a aprendizagem inclusiva no sistema educacional

Expandir o acesso aos cuidados e educação da primeira infância.

- Expandir o acesso à educação formal do nível primário para o nível superior.
- Expandir o acesso à educação de adultos e à educação e formação técnica e profissional.

Melhorar a flexibilidade dos sistemas de aprendizagem ao longo da vida, a fim de oferecer diversas oportunidades de aprendizagem e abranger um vasto leque de competências.

- Oferecer apoio a grupos marginalizados, incluindo famílias migrantes, para garantir o acesso à educação.

5. Revitalizar a aprendizagem em famílias e comunidades

Estabelecer espaços de aprendizagem baseados em comunidades e fornecer recursos para o aprendizado em famílias e comunidades.

- Garantir, através de consultas, que os programas comunitários de educação e aprendizagem respondam às necessidades de todos os cidadãos.
- Motivar as pessoas a participarem na aprendizagem da família e da comunidade, prestando especial atenção aos grupos vulneráveis, como famílias carentes, migrantes, pessoas com deficiências, minorias e idosos.
- Reconhecer a história e cultura das comunidades, bem como os métodos de ensino e aprendizagem dos grupos indígenas, como recursos únicos de grande valor.

6. Proporcionar aprendizado para o trabalho e no local de trabalho

Ajudar organizações públicas e privadas a se tornarem organizações de aprendizagem.

- Garantir que toda a força de trabalho, incluindo os trabalhadores migrantes, tenha acesso a uma ampla gama de oportunidades de aprendizagem.
- Incentivar os empregadores e sindicatos a apoiar a aprendizagem no local de trabalho.
- Proporcionar oportunidades de aprendizagem adequadas para jovens e adultos desempregados.

7. Estender o uso de modernas tecnologias de aprendizado

Desenvolver quadros de políticas favoráveis ao uso das TIC na aprendizagem.

- Treinar administradores, professores e educadores para usar essas tecnologias que melhoram o aprendizado.
- Expandir o acesso dos cidadãos a ferramentas de TIC e programas de aprendizagem.
- Desenvolver recursos de aprendizado eletrônico de qualidade.

8. Melhorar a qualidade da aprendizagem

Promover uma mudança de paradigma do ensino para a aprendizagem e, assim, deixando para trás a mera aquisição de informações para se concentrar no desenvolvimento da criatividade e habilidades para a aprendizagem.

- Aumentar a consciência de valores morais, éticos e culturais comuns e promover a tolerância às diferenças.
- Escolher adequadamente administradores, professores e educadores treinados.
- Promover um ambiente favorável em que os alunos tenham, tanto quanto possível, o controle de sua própria aprendizagem.
- Fornecer apoio aos alunos com necessidades especiais, especificamente aqueles que têm dificuldades de aprendizagem.

9. Promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida

Reconhecer o papel da mídia, bibliotecas, museus, instituições religiosas, centros culturais e esportivos, centros comunitários, parques e lugares semelhantes como espaços de aprendizagem.

- Organize e apóie eventos públicos que estimulem e celebrem a aprendizagem.
- Oferecer informações, conselhos e apoio adequados a todos os cidadãos e incentivá-los a aprender através de diferentes rotas.
- Reconhecer a importância da aprendizagem em contextos informais e não formais e desenvolver sistemas que reconheçam e recompensem todas as formas de aprendizagem.

10. Fortalecer a vontade e o compromisso político

Demonstrar forte liderança política e assumir um firme compromisso com a ideia de transformar cidades em cidades de aprendizagem.

- Desenvolver e implementar estratégias bem informadas e participativas para promover a aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Monitorar constantemente o progresso das cidades para se tornar cidades de aprendizagem.

11. Melhorar a governança e a participação de todas as partes interessadas

Estabelecer mecanismos de coordenação intersetorial para envolver organizações governamentais e não-governamentais e o setor privado na criação de cidades de aprendizagem.

- Desenvolver parcerias bilaterais ou multilaterais entre setores para compartilhar recursos e multiplicar oportunidades de aprendizado.
- Incentivar todas as partes interessadas a oferecer oportunidades de aprendizado de qualidade e fazer sua própria contribuição única para a criação de cidades de aprendizagem.

12. Promover a mobilização de recursos nas cidades de aprendizagem

Maior investimento financeiro na aprendizagem ao longo da vida por governos, sociedade civil, organizações do setor privado e indivíduos.

- Disponibilizar eficazmente os recursos de aprendizagem para todas as partes interessadas e desenvolver mecanismos de financiamento inovadores que apoiem a aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Eliminar barreiras estruturais à aprendizagem, adotando políticas que favoreçam o financiamento para os pobres e oferecendo vários tipos de ajuda financeira para os grupos menos favorecidos.
- Incentivar os cidadãos a contribuírem voluntariamente com seu talento, habilidades, conhecimento e experiência.
- Incentivar o intercâmbio de ideias, experiências e melhores práticas entre organizações em diferentes cidades.

Especificamente, no nível local, o progresso de uma cidade de aprendizagem precisa ser monitorado e avaliado por três principais razões:

- Transformar discursos políticos e teóricos em estratégias e perspectivas concretas.
- Para medir o progresso da cidade ao longo do tempo.
- Avaliar os benefícios das estratégias que foram colocadas em prática para a construção da cidade de aprendizagem.

Sugere-se o monitoramento e avaliação do projeto por meio dos índices de referência do PNUD e o IDH, tendo 6 documentos de referência:

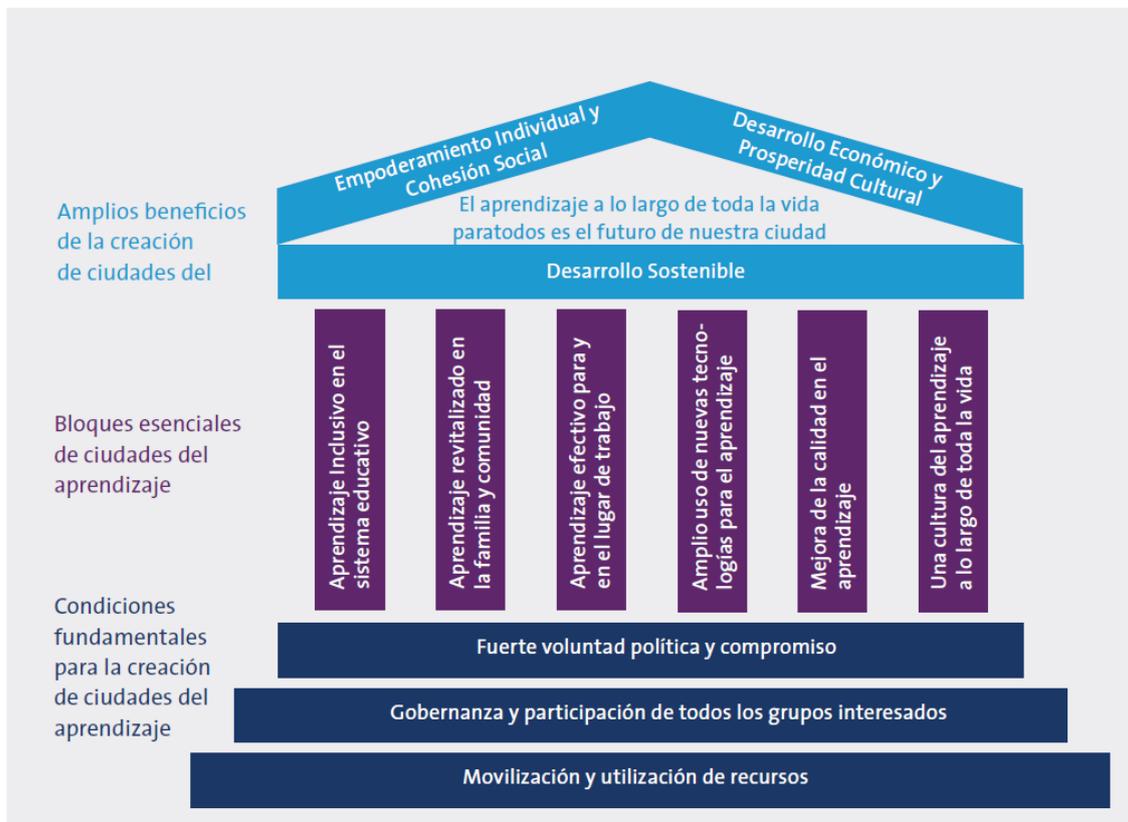
- O Marco Oficial Revisto para a Supervisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: objetivos, metas e indicadores (ONU, 2008).
- Metodologia para a Avaliação do Conhecimento: Variáveis e Clusters do Banco Mundial (2012).
- O Melhor Índice de Vida da OCDE (2012).
- O Futuro que Queremos - Relatório da RIO + 20 (ONU, 2012).
- Uma nova parceria global: erradicar a pobreza e transformar as economias por meio do desenvolvimento sustentável (ONU, 2013).
- Agenda de Desenvolvimento pós-2015: metas, objetivos e indicadores (Centro de Inovação para Governança Internacional e Instituto de Desenvolvimento da Coreia, 2012).

Inspirado na Análise e Equilíbrio da Inclusão Social em um Contexto Global (ONU, 2010), os seguintes critérios foram adicionados para o desenvolvimento das Características Fundamentais das Cidades de Aprendizagem:

- Ambicioso, mas realizável
- Crucial/Prioritário
- Relevante
- Claro e compreensível
- Fácil de avaliar
- Válidos e confiáveis

Os pilares e frentes de implementação das Cidades de Aprendizagem são resumidas na figura abaixo:

Gráfico 1: El Marco de las Características Fundamentales de las Ciudades del Aprendizaje



Essas frentes de atuação devem ser monitoradas e avaliadas seguindo estas referências:

Área de Interés	Características Fundamentales	Posibles Instrumentos de Evaluación	Fuente de la Información	Datos Estadísticos del 2012 o resultados de encuestas/ revisiones
1. Amplios beneficios de la creación de Ciudades del Aprendizaje				
1.1 Empoderamiento individual y cohesión social	1.1.1 Garantías de que todos los ciudadanos tengan la oportunidad de alfabetizarse y obtengan las habilidades básicas	Tasa de alfabetización de adultos: Número total de personas alfabetizadas mayores de 15 años, expresado en un porcentaje de la población total en esa franja de edad.	Datos oficiales de las autoridades locales	Hombres % Mujeres % Total %
	1.1.2 Alertar y capacitar a las personas a participar en una ciudadanía activa	Tasa de participación en las elecciones: Tasa de participación de la población en edad de votar, en las elecciones más recientes en la ciudad	Datos oficiales de las autoridades locales	% (Año)
		Participación en voluntariado y actividades de la comunidad: Porcentaje de ciudadanos que han participado en voluntariado no retribuido y actividades de la comunidad, en los 12 meses que precedan a la encuesta	Resultados de la encuesta	%
	1.1.3 Promoción de la igualdad de género y el empoderamiento de la mujer	Igualdad de género en política: Porcentaje de puestos llevados por mujeres en la cámara municipal	Datos oficiales de las autoridades locales	%
		Igualdad de género en la dirección de empresas: Porcentaje de puestos llevados por mujeres en los consejos de las 10 empresas principales	Resultados de la encuesta	%
	1.1.4 Creación de una comunidad pacífica e inclusiva	Nivel de criminalidad: Número de crímenes registrados por cada 100,000 habitantes	Datos oficiales de las autoridades locales	
		Movilidad social: Porcentaje de ciudadanos en un ambiente social desventajoso que creen que sus hijos disfrutarán de un estatus social más alto que el suyo	Resultados de la encuesta	%
1.2 Mejorar el Desarrollo Económico y la Prosperidad Cultural	1.2.1 Estímulo del crecimiento económico inclusivo y sostenido	Producto Interno Bruto (PIB) per cápita: El valor total producido (en dólares de EUA) en la ciudad, dividido entre el número total de habitantes	Datos oficiales de las autoridades locales	US\$
		Pobreza urbana: Porcentaje de ciudadanos que viven por debajo de 1.25 dólares de EUA.	Datos oficiales de las autoridades locales	%
	1.2.2 Creación de oportunidades de empleo para todos los ciudadanos	Tasa de desempleo: Porcentaje de la población total en edad laboral con 15 años o más, desempleada	Datos oficiales de las autoridades locales	Hombres % Mujeres % Total %
	1.2.3 Promoción de la ciencia, tecnología e innovación	Recursos Humanos en Ciencia y Tecnología (RHCT): Profesionales ocupados en un puesto de ciencia y tecnología como un porcentaje del número total de empleados	Datos oficiales de las autoridades locales	%
		Patentes presentadas: Número de nuevas patentes por 100,000 habitantes	Datos oficiales de las autoridades locales o resultados de la encuesta	%

Área de Interés	Características Fundamentales	Posibles Instrumentos de Evaluación	Fuente de la Información	Datos Estadísticos del 2012 o resultados de encuestas/ revisiones		
1. Amplios beneficios de la creación de Ciudades del Aprendizaje						
	1.2.4 Garantías de acceso a diversas actividades culturales	Participación en actividades culturales: Número de visitas a museos, teatros, cines, salas de conciertos y eventos deportivos por habitante por mes	Datos oficiales de las autoridades locales o resultados de la encuesta	No. de visitas		
	1.2.5 Promoción de la participación ciudadana en el ocio y recreación física	Participación en ejercicio físico y deporte: Porcentaje de la población que participa de un modo regular en actividades físicas o hace deporte como mínimo cinco veces a la semana	Resultados de la encuesta	%		
1.3 Promoción del desarrollo sostenible	1.3.1 Reducción del impacto medioambiental negativo	Emisiones de CO₂: Emisiones de CO ₂ totales, en toneladas per cápita	Datos oficiales de las autoridades locales	No. de toneladas		
		Gestión de Residuos: Residuos domésticos totales recolectados y procesados al año, en kg per cápita al año	Datos oficiales de las autoridades locales	Kg per cápita		
	1.3.2 Mejora de la habitabilidad de la ciudad	Condiciones de vida: Porcentaje de la población viviendo en barrios marginales	Datos oficiales de las autoridades locales	%		
		Transporte público: Grado de satisfacción de los ciudadanos con el sistema de transporte público	Resultados de la encuesta	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio		
	1.3.3 Compromiso con la sostenibilidad Promoción del desarrollo sostenible a través del aprendizaje activo en sus distintas modalidades	Educación por un desarrollo sostenible: Medidas efectivas para la promoción de un desarrollo sostenible a todos los niveles de educación	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio		
Protección Ambiental: Percepción de los ciudadanos de su propio comportamiento en términos de responsabilidad ambiental		Resultados de la encuesta	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio			
2. Bloques esenciales de las ciudades del aprendizaje						
2.1 Promover el aprendizaje inclusivo en el sistema educativo	2.1.1 Ampliación del acceso a la educación preescolar	Inscripción en la educación preescolar: Porcentaje de inscripción en la educación preescolar neto (CINE o)	Datos oficiales de las autoridades locales	Género	Niños	%
					Niñas	%
					Total	%
	2.1.2 Expansión del acceso a la educación del nivel primario al superior	Media de años de escolarización: Media del número de años de educación recibida en personas con una edad igual o superior a 25 años	Datos oficiales de las autoridades locales	Género	Hombres	años
					Mujeres	años
					Total	años
2.1.3 Expansión del acceso y la participación en el aprendizaje y educación de adultos y de la enseñanza y formación técnica y profesional	Participación en aprendizaje y educación de adultos: Porcentaje de ciudadanos con una edad comprendida entre los 25 y los 64 años que afirmen haber recibido educación o formación en los 12 meses precedentes a la encuesta	Resultados de la encuesta	%			

Área de Interés	Características Fundamentales	Posibles Instrumentos de Evaluación	Fuente de la Información	Datos Estadísticos del 2012 o resultados de encuestas/ revisiones	
2. Bloques esenciales de las ciudades del aprendizaje					
	2.1.4 Proveer apoyo a los grupos marginados, incluyendo familias migrantes, para garantizar el acceso a la educación	Apoyo al aprendizaje de grupos desfavorecidos: Medidas adoptadas por las autoridades de la ciudad para el apoyo de aprendices de minorías lingüísticas/étnicas y de entornos desfavorecidos Apoyo al aprendizaje de ciudadanos adultos: Medidas adoptadas por las autoridades locales para el apoyo de aprendices adultos (edad igual o superior a 65 años)	Informe de expertos Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio 5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio	
2.2 Aprendizaje Comunitario Revitalizado	2.2.1 Establecimiento de espacios del aprendizaje con base en las comunidades y suministro de recursos de aprendizaje en familias y comunidades	Infraestructura: Número de espacios de aprendizaje funcionales y con base en la comunidad (incluidos centros comunitarios de aprendizaje, centros culturales y bibliotecas públicas) por cada 100,000 habitantes	Datos oficiales de las autoridades locales		
		Iniciativa política para apoyar el aprendizaje en las familias: Disponibilidad de la política para apoyar el aprendizaje en las familias	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio	
	2.2.2 Motivación ciudadana a participar del aprendizaje en familia y comunitario	Participación en aprendizaje comunitario: Porcentaje de ciudadanos que participan regularmente en actividades de aprendizaje de la comunidad (como mínimo 2 horas a la semana)	Datos oficiales de las autoridades locales		%
		Participación en el aprendizaje familiar: Porcentaje de ciudadanos involucrados en las actividades del aprendizaje en sus familias en los 12 meses precedentes a la encuesta	Resultados de la encuesta		%
2.2.3 Reconocer la historia comunitaria y cultural así como los conocimientos y aprendizajes originarios como recursos únicos e invaluables	Desarrollo de recursos didácticos a través de conocimientos originarios: Número de programas de aprendizaje basados en conocimiento comunitario histórico, cultural y originario desarrollado por las autoridades de la ciudad	Datos oficiales de las autoridades locales			
2.3 Aprendizaje efectivo para y en el lugar de trabajo	2.3.1 Garantías de que los empleados, incluyendo trabajadores migrantes, tengan oportunidades de aprendizaje permanente	Participación de empleados en actividades de formación: Tasa de participación de trabajadores en actividades educativas y de formación relacionada con su trabajo	Datos oficiales de las autoridades locales o resultados de la encuesta		%
		Participación de los trabajadores migrantes en la educación y la formación: Existencia de iniciativas o estrategias adoptadas por las ciudades para apoyar la participación de los trabajadores migrantes en la educación y la formación	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio	

Área de Interés	Características Fundamentales	Posibles Instrumentos de Evaluación	Fuente de la Información	Datos Estadísticos del 2012 o resultados de encuestas/ revisiones
2. Bloques esenciales de las ciudades del aprendizaje				
	2.3.2 Apoyar organizaciones públicas y privadas a convertirse en organizaciones del aprendizaje	Organización del Aprendizaje: Existencia de iniciativas y/o estrategias para el desarrollo de organizaciones de aprendizaje que estimulen la participación de los empleados en el aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio
	2.3.3 Alentar a empleadores y sindicatos para apoyar el aprendizaje en el lugar de trabajo	Compromiso de financiación del empleador para el desarrollo de habilidades: Porcentaje de la nómina de trabajadores del sector público y privado invertidos en educación y formación de empleados	Datos oficiales de las autoridades locales	Sector Público % Sector Privado %
	2.3.4 Facilitar oportunidades de formación adecuadas para los desempleados	Participación juvenil en la educación y el empleo: El número total de jóvenes (15-24 años) que no estudian, trabajan ni reciben alguna formación, como porcentaje de la población total de jóvenes	Datos oficiales de las autoridades locales	%
		Formación para los desempleados: Porcentaje de desempleados inscritos en un programa de formación ofrecido por la ciudad	Datos oficiales de las autoridades locales	%
2.4 Amplio uso de nuevas tecnologías para el aprendizaje	2.4.1 Formación de administradores, maestros y educadores en el uso de tecnologías que mejoren el aprendizaje	Formación para de ICT administradores maestros y educadores: Porcentaje de administradores, maestros y educadores que han recibido formación en ICT en los 12 meses anteriores a la encuesta	Resultados de la encuesta	Escuelas % Espacios comunitarios de aprendizaje %
	2.4.2 Expansión del acceso de los ciudadanos a las TIC y programas de aprendizaje	Uso de las TIC para actividades en el aula: Porcentaje de administradores, maestros y educadores que utilizan las ICT regularmente en actividades en el aula escolar y en espacios comunitarios de aprendizaje	Resultados de la encuesta	Escuelas % Espacios comunitarios de aprendizaje %
		Tasa de penetración de teléfono móvil: Porcentaje de la población total con acceso a teléfono móvil	Datos oficiales de las autoridades locales	%
		Uso de internet: Porcentaje de la población con acceso compartido o en el hogar a internet	Resultados de la encuesta	%
		Participación en aprendizaje a través de internet: Media de horas por semana que un ciudadano usa internet con fines de aprendizaje	Resultados de la encuesta	horas
2.5 Mejora en la calidad del aprendizaje	2.5.1 Promover un cambio de paradigma en educación y aprendizaje	Cambio de paradigma en educación y aprendizaje: Políticas educativas promotoras de un cambio de paradigma de enseñanza a aprendizaje y de la mera adquisición de información al desarrollo de creatividad y de habilidades de aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio

Área de Interés	Características Fundamentales	Posibles Instrumentos de Evaluación	Fuente de la Información	Datos Estadísticos del 2012 o resultados de encuestas/ revisiones
2. Bloques esenciales de las ciudades del aprendizaje				
	2.5.2 Generar conciencia de la moral, ética y valores culturales compartidos y de la promoción de la tolerancia a las diferencias	Aprender a vivir juntos: Porcentaje de ciudadanos que socializan con personas de otras culturas de forma regular	Resultados de la encuesta	%
	2.5.3 Contratación adecuada de profesores/ educadores formados	Disponibilidad de profesores/ educadores adecuadamente formados: Relación del número de estudiantes/aprendices por docentes en la educación preescolar, primaria, secundaria y educación de adultos y permanente	Datos oficiales de las autoridades locales	Educación Preescolar % Educación Primaria % Educación Secundaria % Educación de Adultos y Permanente
	2.5.4 Fomento de un ambiente agradable para el aprendizaje	Ambiente agradable para el aprendizaje: Porcentaje de aprendices satisfechos con el ambiente en el que aprenden	Resultados de la encuesta	Escuelas % Espacios de Aprendizaje Comunitario %
2.6 Fomento de una cultura del aprendizaje a lo largo de toda la vida	2.6.1 Organización y apoyo de actividades públicas para la promoción y celebración del aprendizaje	Promoción del aprendizaje: Existencia de actividades públicas (semana del aprendizaje de adultos y festivales por el aprendizaje) y uso de todos los medios para la promoción y celebración del aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio
	2.6.2 Provisión de información adecuada, guía y apoyo a todos los ciudadanos y estímulos para que aprendan a través de diversas vías	Información y servicios: Porcentaje de educandos satisfechos con la información, y asesoramiento que se les ofrece	Resultados de la encuesta	
	2.6.3 Desarrollo de sistemas para el reconocimiento y estímulo de todas las formas de aprendizaje	Reconocimiento y estímulo por los resultados del aprendizaje: Disponibilidad de políticas y prácticas para el reconocimiento, validación y acreditación de los resultados del aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio
3. Condiciones fundamentales para la creación de ciudades del aprendizaje				
3.1 Fortalecer la voluntad política y el compromiso	3.1.1 Demostración de fuerte liderazgo político y hacer un firme compromiso a convertir nuestras ciudades en ciudades del aprendizaje	Liderazgo: Fortaleza y compromiso de liderazgo demostrado en el desarrollo e implementación de las estrategias de ciudad del aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio

Área de Interés	Características Fundamentales	Posibles Instrumentos de Evaluación	Fuente de la Información	Datos Estadísticos del 2012 o resultados de encuestas/ revisiones
3. Condiciones fundamentales para la creación de ciudades del aprendizaje				
	3.1.2 Desarrollo e implementación de políticas y estrategias públicas para promover el aprendizaje a lo largo de la vida para todos	Políticas públicas y estrategia: Legislación, políticas públicas y estrategia para la promoción del 'aprendizaje a lo largo de toda la vida para todos' adoptadas por el consejo municipal	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio
	3.1.3 Monitorear el progreso para convertirse en una ciudad del aprendizaje	Las medidas para monitorear el progreso: Medidas adoptadas por las autoridades de la ciudad para monitorear el progreso del desarrollo y implementación de la estrategia de la ciudad del aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio
3.2 Mejorar la Gobernanza y la participación de todos los grupos interesados	3.2.1 Establecimiento de mecanismos de coordinación para incluir organizaciones gubernamentales y no gubernamentales y al sector privado	Mecanismos para la coordinación de grupos interesados: La efectividad en las medidas para el estímulo de la movilización y coordinación de grupos interesados en el desarrollo de ciudades del aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio
	3.2.2 Estímulo a los grupos de interés para la promoción de oportunidades de aprendizaje de calidad y de hacer su propia contribución en la construcción de una ciudad del aprendizaje	Participación de grupos interesados: Compromiso, planes y acciones de grupos interesados por el desarrollo de mejores y más accesibles oportunidades de aprendizaje en sus áreas de responsabilidad Compromiso de sectores privados: La existencia de colaboración y cooperación entre la ciudad y los sectores privados para apoyar la estrategia de ciudad del aprendizaje	Informe de expertos Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio 5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio
3.3 Impulsar la movilización y utilización de recursos	3.3.1 Incentivar una mayor inversión financiera del gobierno en el aprendizaje a lo largo de la vida	Inversión en educación y aprendizaje: Porcentaje del presupuesto público total de la ciudad en gasto público en educación y aprendizaje	Datos oficiales de las autoridades locales	%
		Distribución del gasto en educación pública: Porcentaje de gasto en la educación pública destinado a los diferentes niveles/ tipos de educación	Datos oficiales de las autoridades locales	Educación Básica (CINE 0 -3) % Educación de Adultos y Permanente %
	3.3.2 Hacer uso adecuado de los recursos de aprendizaje de todos los grupos interesados en el apoyo del aprendizaje a lo largo de la vida para todos	Utilización efectiva de recursos: Formas innovadoras de mapeo y utilización de los recursos humanos, financieros, culturales y otros accesibles a la ciudad para facilitar el aprendizaje en la ciudad.	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio

Área de Interés	Características Fundamentales	Posibles Instrumentos de Evaluación	Fuente de la Información	Datos Estadísticos del 2012 o resultados de encuestas/ revisiones
3. Condiciones fundamentales para la creación de ciudades del aprendizaje				
	3-3-3 Adopción de políticas de financiamiento en favor de los pobres y provisión de varios tipos de apoyo a los grupos desfavorecidos	Subsidio a grupos desfavorecidos: La creación y uso efectivo de fondos para el apoyo a la participación de grupos desfavorecidos en aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio
	3-3-4 Alentar a ciudadanos y residentes a contribuir con sus conocimientos, habilidades, capacidades y experiencias en forma voluntaria	Contribución de los ciudadanos en ayudar a otros ciudadanos a aprender: Porcentaje de ciudades que contribuyen con sus conocimientos, habilidades, capacidades y experiencias en ayudar a otros ciudadanos a aprender al menos una vez al mes en los 12 meses anteriores a la encuesta.	Resultados de la encuesta	%
	3-3-5 Alentar el intercambio de ideas, experiencias y buenas prácticas entre diferentes ciudades	Actores internacionales: Avances en la facilitación y utilización de oportunidades para los actores internacionales e intercambio con otras ciudades del aprendizaje	Informe de expertos	5 - Excelente, 4 - Muy bien, 3 - Bien, 2 - Suficiente, 1 - No satisfactorio

Em encontros regionais, como em 2017 o das cidades de aprendizagem da América Latina, registrou-se os seguintes compromissos:

- Set up a support group with cities representing the Mercosur countries, in order to strengthen their partnerships and promote the creation of other networks of cities interested in developing as Learning Cities.
- Develop strategies for lifelong learning and Education for Sustainable Development with intersectoral approaches and solid partnerships.
- Ensure that education is taken into account in town planning and integrated into discussions of urban policy, in order to take the best approach to intersectoral commitment, community participation and the development of locally relevant solutions.
- Review and propose curricular changes in the teaching of students, taking account of education for world citizenship, peace, education for sustainable development programmes and the reduction of and risk management for disasters and, where relevant, the ancestral knowledge of indigenous peoples.
- Promote the development of approaches which improve gender equity and diversity, including multiculturalism and multilingualism and the rights and needs of migrants and refugees.
- Provide information and training to all public officials and to communities on themes relating to Learning Cities.
- Promote consideration of local policy and an Action Plan on Education for Sustainable Development
- Participate in the third International Conference on Learning Cities, to be held in Cork, Ireland, from 18 to 20 September 2017.

As fases de implementação desse projeto são resumidas em:

- 1) Planejar
- 2) Gerar envolvimento
- 3) Celebrar
- 4) Garantir acesso
- 5) Monitorar e avaliar
- 6) Garantir financiamento

Conforme detalhamento a seguir:

Develop a plan for becoming a learning city

Strong political leadership and steadfast commitment should be reflected in a concrete action plan.

- Involve city leaders and representatives in identifying the main issues that need to be addressed based on the city's unique challenges and priorities.
- Take stock of what has already been achieved by gathering information on relevant activities implemented by different sectors and stakeholders.
- Develop an understanding of what building a learning city involves by organizing capacity-building workshops for various sectors and stakeholders.
- Devise a concrete action plan and give it a catchy title. This plan should define the medium- and long-term objectives and means of evaluation, using the *Key Features of Learning Cities* as a basis.
- Develop a city charter outlining the actions that need to be taken to improve learning in the city. These actions should be aligned with the central government's strategies for building a learning society.

Create a coordinated structure involving all stakeholders

All organizations and citizens are stakeholders in a learning city. A structure that involves all stakeholders in building the learning city through dialogue and consensus should therefore be created.

- Establish a learning city development committee comprising representatives from different sectors. This committee should reach a consensus on the principles for developing, implementing, monitoring and financing the learning city.
- Ensure that all stakeholders have clearly defined roles and responsibilities in designing and implementing the learning city plan.
- Create a learning city forum where people can contribute and share experiences.
- Form alliances with other cities, both nationally and internationally, in order to exchange experience, knowledge, ideas and best practice.
- Join the UNESCO Global Network of Learning Cities (GNLC) and any other networks or associations that could add value.
- Maintain strong contact with the ministry of education or any other related ministry to link the local with the national development.

Initiate and maintain the process with celebratory events

Generating enthusiasm is crucial to the success of a learning city. The more people and organizations that react positively to the idea of a learning city and engage with it, the better its chances of flourishing are.

- Organize a learning festival in places where people gather. Make this a joyful event and invite all relevant organizations to exhibit their courses, products and materials and offer hands-on activities that encourage all citizens to get involved.
- Hold a conference to deliver the learning city message. Invite one or more twin cities to participate and share their experience, knowledge, ideas and best practice.
- Invite the media to promote and celebrate learning.
- Renew the interest of all stakeholders in the learning city agenda by organizing regular celebratory events.

Make sure that learning is accessible to all citizens

Learning must be made enjoyable, available and accessible to all citizens so that they are inspired and empowered to continue learning throughout life.

- Provide adequate information, guidance and support to all citizens, including maps of learning provision in the city.
- Establish, promote and maintain community-based learning spaces and provide resources for learning in families and communities.
- Identify and respond to the learning needs and interests of citizens.
- Develop procedures that identify, validate and accredit the learning outcomes of non-formal learning, in particular.
- Provide special support in the form of flexible arrangements for marginalized groups, including families with migrant backgrounds, citizens with special learning needs and unemployed people.
- Help public and private organizations to become learning organizations.
- Foster a learner-friendly environment in the city and its institutions.

Establish a monitoring and evaluation process to ensure learning city progress

In order to assess progress made in providing lifelong learning for all in the city, it is important to monitor and evaluate performance continuously.

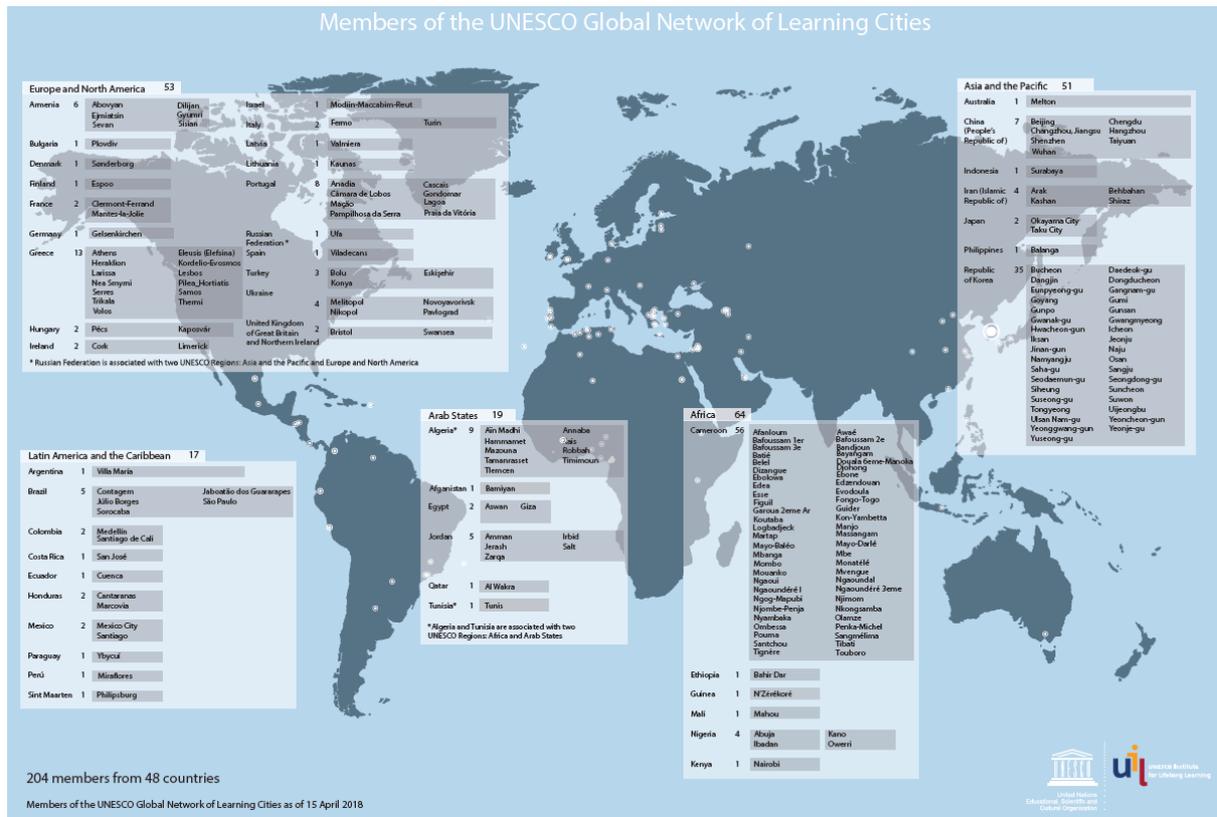
- Define the measures for performance and progress in the city based on your action plan and the *Key Features of Learning Cities*.
- Establish mechanisms for documenting the process, assessing citizens' interests and needs, and collecting data.
- Commission regular reports that capture the lessons learned and make suggestions for improvement.
- Establish collective strategies for informing all stakeholders and gathering feedback.

Ensure sustainable funding

In order to realize the multiple benefits of becoming and sustaining a learning city, multiple sources of sustainable funding should be secured and allocated in a fair way.

- Secure sufficient financial resources to build and maintain the basic structure of the learning city action plan.
- Develop sustainable cost-sharing mechanisms involving multi-stakeholder partnerships with companies, foundations, philanthropists, international partners, local and national governments, and supranational organizations.
- Make effective use of the learning resources of all stakeholders.
- Conduct cost-benefit analyses in order to compile evidence of the benefits of learning.
- Make special provisions for marginalized groups and individuals.

CASOS



Das 205 cidades ao redor do mundo, 12 cidades foram reconhecidas em 2015 e 16 cidades em 2017.

Amman – Jordania,
 Bahir Dar – Etiópia,
 Balanga – Filipinas,
 Bristol - Reino Unido,
 Câmara de Lobos – Portugal,
 Cidade do México – México,
 Contagem – Brasil,
 Cork – Irlanda,
 Espoo – Finlândia,
 Gelsenkirchen – Alemanha,
 Giza – Egito,
 Hangzhou – China,
 Larissa – Grécia,
 Limerick – Irlanda,

Mayo-Baleo – Camarões,
 Melton – Austrália,
 N’Zérékoré – Guiné,
 Namyangju – Coreia,
 Okayama – Japão,
 Pécs – Hungria,
 Pequim – China,
 Sorocaba – Brasil,
 Surabaya – Indonesia,
 Suwon – Coreia,
 Swansea - Reino Unido,
 Tunis – Tunísia,
 Vila Maria – Argentina,
 Ybycui - Paraguai

Para mais informações sobre cada uma delas ver:

UNESCO, **Unlocking the Potential of Urban Communities: Case Studies of Twelve Learning Cities**. 2015. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002345/234536E.pdf>

UNESCO, **Unlocking the Potential of Urban Communities: Case Studies of Sixteen Learning Cities**, volume II, 2017. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002589/258944e.pdf>

PRÁTICAS

Das 28 cidades que receberam prêmios de reconhecimento em 2015 e 2017, destacamos 6 delas que desenvolveram seus projetos a partir do envolvimento das famílias e comunidade para o desenvolvimento de projetos ligados à alfabetização e educação para a cidadania.

Para saber sobre todas as demais 205 cidades, ver:

UNESCO, **Site das cidades de aprendizagem**. Disponível em <http://uil.unesco.org/lifelong-learning/learning-cities/members>

JORDÂNIA

Achieve Social Development through Learning for all

Jordan has always been home to people from many different backgrounds. Over the years, Jordanian society has made progress through education and human capacity building.

Vision and motivation

Amman seeks to transform into a learning city by providing continuous learning opportunities for all and developing a value system to guide daily life. Project 'Amman Learning City' promotes informal and non-formal learning opportunities in local communities, and generates dialogue and interaction within those communities. It is the first of its kind in the Arab world.

Challenges and goals

Amman's fundamental focus is on development in order to combat problems such as disrespect for the law, inequality, intolerance and violence. Amman's learning city initiative combats the marginalization of informal and non-formal learning and encourages citizens to recognize their role in the learning process.

Plan and implementation

The city creates community-based learning opportunities by connecting people who are keen to learn with those who are willing to share their knowledge, turning used and abandoned locations into functional learning spaces, and encouraging people to adapt learning experiences and to welcome learners and visitors into various areas of Amman's society.

Capacity-building and knowledge-sharing are key concepts of Amman's learning city project. Amman's citizens are encouraged to explore the city, discover learning spaces in other neighbourhoods, participate in learning events, and meet people and build networks. The project promotes learning that is radically different from that offered within the formal education system. This culture of development and learning is gradually spreading throughout the municipality.



“ We are looking forward to improving daily life in Amman by creating a learning city for all citizens, offering opportunities, and sharing knowledge and values for the welfare of communities and visitors.

Mr Yousef Al-Shawarbeh

CIDADE DO MÉXICO

Promoting diversity, multiculturalism and basic rights

The government of Mexico City wishes to play a more active role in shaping the learning opportunities available to its citizens.

Vision and Motivation

By encouraging multisectoral participation, Mexico City aims to develop a complex network of public spaces that make lifelong learning opportunities accessible to all residents and promote diversity, multiculturalism and basic rights. Mexico City's chief objective is to enhance the skills of citizens of all ages. This will promote individuals' sense of well-being and personal satisfaction, reduce inequality in the city and promote greater social integration.

Challenges and Goals

The Government of the Federal District's General Plan for Development for the years 2013 to 2018 identifies a number of challenges currently facing the city. It is hoped that the learning city approach can help tackle these challenges. They include:

- rising rates of obesity;
- illiteracy;
- a growing gap between rich, highly educated citizens on one hand, and poor, low-skilled citizens on the other;
- high population density located in an area of high susceptibility to natural disasters such as earthquakes, floods, landslides and volcanic eruptions; and effects of climate change, pollution, the overexploitation of resources and water shortages.

Plan and Implementation

To give citizens access to a broad array of learning opportunities, Mexico City designed many projects, including:

- free civil protection courses;
- a cycling school called Bici Escuela. This educates citizens on the rights and obligations of all road users and traffic rules for cyclists in the city. The programme runs alongside the city's ECOBICI bicycle sharing scheme and the Muévete en Bici (Move by Bike) scheme. Meanwhile, Road Safety and Crime Prevention is a programme offering training, conferences and workshops that help citizens to be safer on Mexico City's streets.
- Vamos a separar (Let's Separate) provides training on recycling and composting waste.
- Ciudad Lectora (Reading City) encourages citizens to read. Literacy programme aims to reduce the illiteracy rate among citizens aged 15 years and over.
- School Violence and Culture of Peace aims to reduce discriminatory practices that generate exclusion, abuse and violence in schools and families.

Mexico City also hosted the 2nd International Conference on Learning Cities in 2015. The conference culminated in the adoption of the Mexico City Statement on Sustainable Learning Cities, which outlines the role that learning cities play in achieving the 2030 Agenda for Sustainable Development and defines strategic directions and action points for building sustainable learning cities.



“ *If we do not share knowledge, if it is not inclusive and does not reach everyone, genuine learning for all is not possible. In Mexico City, learning opportunities are offered to all citizens of all ages.* ”

Mr Miguel Ángel Mancera

MELTON

Cultivating a sustainable learning city

Located on the Victorian Volcanic Plains, Melton combines a fascinating geography with a flourishing city culture of arts, sports and heritage.

Vision and motivation

Melton's overall vision for the municipality is to make it a vibrant, proud, growing and healthy community offering lifestyle choices. Linked to this vision is a commitment to building a world-class learning community. To achieve this vision, the city council recognizes that, as a key stakeholder, it must foster a community culture that embraces and encourages continuity of learning at all ages.

Sustainability is a priority consideration for the city.

Challenges and goals

The city's rapid urban and population growth presents its citizens with many exciting opportunities but also some major challenges. These relate to our ability to increase business growth, boost capital and infrastructure investment to create local jobs and build a sustainable local economy. In order to best meet these challenges and take advantage of the opportunities available to us, it is essential that learning take place across the community.

Plan and implementation

Melton has established a Community Learning Board that acts as an Advisory Committee to the city council. It provides recommendations and consults with the community on matters relating to lifelong learning. It provides the governance structure for an overall city approach to lifelong learning, and oversees the development, implementation and evaluation of its community learning plans. This includes forging the necessary community and business partnerships. The current learning plan, 'Melton: A Learning City – Community Learning Plan 2015-2018' (CLP), is aligned with the Framework of Key Features on Learning Cities and the Australian Centre of Excellence for Local Government's 'Learning as a Driver of Change: Learning Community Framework'. It is the sixth plan to have been implemented since 1998. The CLP is designed to support, promote and incubate initiatives that develop our community at the individual level (supporting personal development and the gaining of skills and qualifications), and at the community level (for improved social resilience and economic outcomes).

The Board is committed to fostering a community culture that encourages continuity of learning at all ages and supports the provision of high-quality learning opportunities for all residents of the municipality.

The Board recognizes lifelong learning as a key mechanism through which personal, social, cultural, economic and environmental growth occurs.

The strategic outcome of the Board is to build a learning community based on best practices that features comprehensive engagement, innovation, effectiveness, inclusion and skilled partnerships.



“ *We are proud that Melton has been innovative in Australia and recognized internationally for celebrating all that lifelong learning contributes to our lives.*

Ms Cr Sophie Ramsey

VILLA MARÍA

Gender equality and universal literacy rates

Villa María is a vibrant city of 88,600 inhabitants. Its rich agricultural land makes Villa María the leader in terms of milk production in Argentina, but this is not the only asset of the city. It is indeed well known across the whole country for its educational institutions, including the Universidad Nacional Villa María.

Vision and motivation

Villa María's vision is to promote sustainable personal and social development. The city tries to bring its infrastructure together with its vast human resources for the purpose of socioeconomic and cultural development. The city understands that citizen participation in non-formal learning needs to be recognized, validated and accredited. Linking the education system and labor market is also a motivator.



“ *Education is the new name for social justice. Community development is not possible without the development of each citizen.* ”

Mr Martín Rodrigo Gill

Challenges and goals

Villa María tries to provide better lifelong learning opportunities for all in the following areas.

- Adult illiteracy
- Childcare
- Inclusive learning
- Learning in families and communities
- Sustainability

Plan and implementation

Villa María is developing an array of tools to overcome obstacles to its social, cultural and economic expansion.

As part of the plan to build a sustainable city, Villa María will:

- create new spaces for civic participation;
- promote public events and citizens' access to the city's cultural assets;
- intensify actions among municipal secretariats to guarantee citizens access to education, health care and cultural activities;
- integrate efforts into local policies pertaining to social matters, education, culture, health care and productivity;
- systematize the various projects that have been developed with the aim of generating knowledge;
- organize scientific and cultural events centred on education, early-years education, youth and adult education, and road-safety education.

SUWON

Enjoyment from Learning and Happiness from Sharing

Suwon, home to the UNESCO World Heritage site Hwaseong Fortress, is filled with history and culture. Its nearly 600 lifelong learning centres are open to all members of the community, and offer opportunities to learn and share information.

Vision and Motivation

The centres promote the concept of 'enjoyment from learning and happiness from sharing', and provide learning opportunities for people of every age. To foster an open learning society, Suwon offers customized learning information and continuously expands life-learning support.



“ *We are building a bright future for Suwon citizens in our altruistic city, which is centred on learning and sharing.* ”

Mr Tae-young Yeom

Challenges and Goals

We are expanding lifelong learning facilities in order to help those from disadvantaged backgrounds and to increase accessibility to learning spaces. Our aim is to create an environment in the city that is human-centred and conducive to learning, meeting a wide range of learning needs and offering a wide variety of learning opportunities.

Plan and Implementation

Suwon has established learning programmes in libraries, village halls and community centres, as well as in around 600 varieties of lifelong learning centres, thereby providing easy access to these services for its citizens. The city has also developed customized learning programmes, which support a lifelong learning city whose citizens can study anywhere and anytime.

Through expansion and support of sustained lifelong learning centres, Suwon hopes to establish a true learning city. The city also plans to implement community-oriented support involving joint private and public input from citizens, businesses and organizations.

Suwon's strategy also calls for:

- Supported learning circles
- Lifelong education programmes for adult literacy and the disadvantaged
- Provision of the latest information and networking possibilities
- Support to establish a learning city that is tailored to individuals' lifetimes

GIZÉ

'Revitalising the cradle of civilization'

The city of Giza is one of the oldest cities in the world, with a 5,000-year-old history. Giza is considered the cradle of civilization and one of the main sources of knowledge in the world. Thus the city is indeed a learning city.

Vision and Motivation

The City of Giza desires to regain its position as a major source of ancient knowledge. To do this, the city tries to revive citizens' interest in its age-old history. The city recognises that lifelong learning can help its residents be enlightened citizens.

Challenges and Goals

Illiteracy mars the daily lives of a quarter of Egypt's population aged 15 and over. This is especially true for women, whose literacy rate is 67 per cent compared to 83 per cent for men. Transforming Giza into a learning city therefore tackles multiple challenges relating to social cohesion and economic development.

- Creating a widespread culture of learning
- Economic development
- sustainability
- Inclusive learning
- Learning in families and communities
- Learning in the workplace

Plan and Implementation

The city plans to implement customised literacy programmes designed for three target groups:

- Persons with no or very low literacy
- Recent completers of literacy classes and primary schools
- Fully educated persons

Giza Governorate has formed a committee to follow up the continuous education system in the city specialized in:

1. Establishing mechanisms to document the learning process, assess fields of interest and needs,
2. Preparing regular reports with lessons learned and improvements proposed,
3. Informing all parties concerned.

The initiative of "Giza illiteracy" and related activities have been activated including:

1. The implementation of several protocols with universities, especially with Cairo University;
2. An agreement with the Social Fund for Development and Giza Governorate, which deals with NGOs in the governorate and grants financially the opening of literacy classes;
3. Every citizen who receives a certificate of literacy or issued a national ID card will receive free benefits such as "free health care, free education".



“ Giza has devoted all of its resources to ensuring that learning reaches all citizens (children, women and young people) because they represent the wheels of progress on which our society depends.

Ms Manal Awad

SOROCABA

Foi a primeira cidade de aprendizagem do Brasil, entrou em 2015 na lista das 12 cidades reconhecidas pela UNESCO dentre 550 cidades do mundo. Segundo Leila Chimelato,

gestora de desenvolvimento educacional da cidade, Sorocaba já era uma cidade de aprendizagem, apenas reuniu a documentação dos projetos com a história e potencial educador da cidade e apresentou para o comitê. Ela aponta que a principal vantagem de ser uma cidade de aprendizagem é participar de uma rede internacional de boas práticas. A cada dois anos a UNESCO paga os custos para um representante do município participar do evento de integração das cidades. O principal para ser uma cidade de aprendizagem é ser uma cidade inclusiva. Em Sorocaba, por exemplo, além das crianças eles desenvolvem dois programas para os idosos e pensam em práticas intersecretarias. Além de inclusiva a “cidade aprende com a cidade” (enquanto no Cidades Educadoras que Sorocaba também participa o foco é maior em educação e nas escolas, ainda que fora de seus muros), um exemplo disso são os parques e praças com cadeiras e livros à disposição da comunidade.

Nos últimos anos os principais projetos que desenvolveram dentro deste programa foram ligados à formação de professores, escola digital (do Instituto Natura) e a saúde dos estudantes. O atual projeto da cidade está focado em um condomínio recém lançado em que residem mais de 20 mil pessoas que estavam em áreas de risco. Ali eles criaram a “feira social” em que realizam todos os atendimentos para esta população, como busca por vagas nas escolas, encaminhamento das áreas médicas, auxílio com transporte e documentação. O foco do projeto será desenvolver um trabalho social e educativo junto à esta comunidade. Já nas escolas da rede pública o atual projeto é leitura na primeira infância em que contadores de história vão semanalmente nas escolas para contar história e fazer leituras para as crianças e bebês.

É preciso o envolvimento do prefeito e secretário da educação para participar desta rede e anualmente enviar os relatórios de atividades, que segundo a gestora do projeto não demanda grandes esforços da equipe, uma vez que são informações que já precisariam sistematizar.

REFERÊNCIAS

Red Mundial de Ciudades del Aprendizaje de la UNESCO - **Documentos guía**. Instituto de la UNESCO por el Aprendizaje a lo Largo de Toda la Vida (UIL), Hamburgo Alemania, 2015. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002349/234986s.pdf>

Red Mundial de Ciudades del Aprendizaje de la UNESCO - **Meeting on Learning to Live Sustainably in Cities in Latin America and the Caribbean**. Villa María/Argentina, 2017.

UNESCO, **Site das cidades de aprendizagem**. Disponível em <http://uil.unesco.org/lifelong-learning/learning-cities/members>

UNESCO, **Unlocking the Potential of Urban Communities: Case Studies of Twelve Learning Cities**. 2015. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002345/234536E.pdf>

UNESCO, **Unlocking the Potential of Urban Communities: Case Studies of Sixteen Learning Cities**, volume II, 2017. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002589/258944e.pdf>

2.5 Outros

Ao longo da pesquisa encontramos alguns estudos, mapeamentos e experiências que não se qualificavam como uma metodologia com validade científica, mas que podem servir de inspiração:

InnoveEdu – Porvir e Wise (Qatar)

Na lista organizada pelo Porvir, em parceria com o Edsurge, Innovation Unit e World Innovation Summit for Education, constam desde ferramentas tecnológicas que facilitam o trabalho do professor até políticas públicas que transformam práticas pedagógicas em redes de ensino. São 96 experiências internacionais catalogadas, sendo 44 delas na comunidade.

Saiba mais em <http://innoveedu.org.br/>

National Parent Teacher Association (National PTA®)

Com mais de 100 anos de atividade, essa associação americana desenvolveu um estudo bastante detalhado da interação família-escola, incluindo indicadores e formulários de acompanhamento.

Saiba mais em: <https://www.pta.org/> e <https://s3.amazonaws.com/rdcms-pta/files/production/public/National Standards Implementation Guide 2009.pdf>

Cidade Amigável para Criança (ARUP)

Tendo como pressuposto a ideia de que uma cidade que acolhe bem as crianças acolhe bem a todos seus cidadãos, esse projeto mapeou 41 cidades (ou bairros) do mundo que realizam uma adequada organização urbana com relação a segurança, economia local, fortalecimento comunitário, saúde e desenvolvimento. No Brasil estão listados dois projetos, ambos em São Paulo: Criança Fala e Cantinho do Céu. Segundo a ARUP, as áreas verdes, espaços intergeracionais, mapeamento da vizinhança, espaços culturais, áreas de trânsito calmo, espaços públicos multiuso, atividades artísticas e de manutenção dos espaços públicos, interações lúdicas e jardins comunitários podem tornar uma cidade mais amigável para as crianças.

Saiba mais em: <https://www.arup.com/perspectives/Cities-Alive-Urban-Childhood>

Criança e natureza (Instituto Alana)

O projeto Criança e Natureza busca caminhos que envolvam famílias, educadores, planejadores urbanos e poder público para garantir elos integradores da criança com o ambiente natural e o contexto cultural no qual ela está imersa. O objetivo do programa é incentivar o acesso e a experiência direta – por meio do brincar livre e exploratório – da criança com a natureza e disseminar conteúdo para todas as esferas da sociedade.

Saiba mais em: <https://criancaenatureza.org.br/por-que-existimos/o-projeto/>

Projeto semelhante é feito no Perú, pela ONG Ania, com trabalhos como a transformação de um terreno baldio em jardim e área de leitura. Saiba mais em: <https://www.aniaorg.pe/>

Faróis do Saber e Inovação (Curitiba)

Bibliotecas públicas em praças e escolas que fazem a integração da escola com a comunidade, recebendo oficinas e funcionando em horários complementares. Cinco dos trinta e dois faróis já ganharam no mezanino da biblioteca um espaço maker para se tornar um ponto de criatividade e inovação na educação pública.

Saiba mais em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/criancas-transformam-ideias-em-objetos-reais-no-farol-do-saber-e-inovacao/43768>

Ideias para intervenção na cidade:

Central do Jogo

Com uma Kombi levando jogos, um grupo de educadores de São Paulo vai de bairro em bairro ocupando os espaços públicos e estimulando a ludicidade aos finais de semana. Saiba mais em: <https://www.facebook.com/centraldosjogos/>

Incrível máquina de livros

Troca de livros usados por novos em “máquina” itinerante por diversas cidades do Brasil. Saiba mais em: <https://pt-br.facebook.com/incrivelmaquinadelivros/>

Pé de brincadeira

Instalações sensoriais para crianças, no SESC Avenida Paulista, feitas pelo Pé de brincadeira. Saiba mais em: <https://www.facebook.com/pedebrincadeira/>

Intervenções artísticas na cidade

Tom Bob, exemplos: <http://golem13.fr/street-art-tom-bob>

Ana Tatit, exemplos: <https://www.facebook.com/Ana-Tatit-%C3%A8-assim-que-eu-ensino-artes-717326811880426/>

Jogos de chão

Para pintar em ruas e pátios, exemplos:

https://www.facebook.com/pg/entrefesef/photos/?tab=album&album_id=790381457827893

Metodologias participativas:

Dragon Dreaming - <http://www.dragondreaming.org/>

Design Thinking para educadores - <http://www.dtparaeducadores.org.br/site/>

Art of Hosting - <http://www.artofhosting.org/pt-br/>

Comunicação Não-Violenta (CNV) -

https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunica%C3%A7%C3%A3o_n%C3%A3o_violenta

3. Considerações Finais

Esta pesquisa identificou quatro metodologias e outras referências que possuem estreita ligação teórica e metodológica com o projeto Comunidades de Aprendizagem do Instituto Natura. Por meio de metanálises sobre o tema escola-família, levantamento de experiências e sistematização de práticas de sucesso, esses estudos nos mostram que:

- O direito de participação e integração das famílias e comunidade com a escola, previsto pela LDB de 1996, ainda não está garantido na realidade brasileira. Apesar dessa prática ter sido introduzida no país em 1921 por Armanda Álvaro Alberto, são poucas as escolas que realizam essa integração, sendo a descontinuidade dos gestores e governantes a principal explicação para este problema.
- Considera-se como obrigação da escola estabelecer esse vínculo, e não das famílias ou comunidades. Todos os casos encontrados reforçam esta direção para estabelecimento desse vínculo, ainda que algumas comunidades sejam bastante articuladas e tenham abraçado a escola quando esta optou por se abrir.
- Os órgãos internacionais e nacionais de pesquisa e orientações às políticas públicas, como UNESCO, UNICEF, ONU, INEP e MEC, bem como as universidades públicas, se interessam pela relação escola-família-comunidade e desenvolveram diversos estudos que justificam e estimulam essa relação. Já a prática foi identificada em escolas isoladas ou redes de ensino, em alguns casos em parceria com institutos e fundações. A relação entre esses agentes foi observada de duas formas: a) escolas realizam projetos próprios e recebem o apoio da secretaria e/ou de parceiros; b) escolas decidem implementar programas desenhados pela secretaria e/ou parceiros.
- Pela pesquisa não foram encontrados parceiros executivos que estimulassem essa relação. Alguns coletivos e projetos surgem da própria comunidade escolar. Por outro lado, identificamos tanto nesta pesquisa como em outras fontes que muitos programas e projetos têm interesse em desenvolver atividades que fortaleçam a relação escola-comunidade, mas que não encontram um canal para vender ao setor público ou para estabelecer vínculo com grandes institutos.
- Um dos principais desafios de projetos que envolvem escola-família é a avaliação. Escolas e secretarias têm pouco conhecimento sobre como realizar esse monitoramento e avaliação e não possuem recursos humanos e financeiros para se dedicar a essa importante etapa da gestão dos projetos educacionais, de modo a garantir que os resultados contribuam com o aprimoramento das ações de curto prazo dos educadores.
- O estímulo à aprendizagem ao longo da vida, as formações entre pares ou mesmo a alfabetização de adultos são trabalhos complementarmente e permitem tanto que a escola seja um local que atende a toda comunidade, como fornece as bases para futuros trabalhos de integração intergeracional.

- Fomentar a autonomia dos estudantes de modo que sejam cada vez mais conscientes sobre seus processos de aprendizagem, por exemplo por meio de projetos e pesquisas, ampliando as fontes e espaços de aprendizagem, estimula a integração com a comunidade e a aquisição de competências gerais (previstas na BNCC).

Identificou-se duas frentes de atuação para expansão do programa:

- I. Apoiar as escolas para que elas se tornem articuladoras de projetos que envolvam a comunidade e o território.
- II. Apoiar os gestores municipais para que eles orientem a transformação de suas cidades em cidades educadoras, de aprendizagem e amigáveis para as crianças.

Para implementação dessas ações em diferentes municípios sugere-se que o Instituto Natura busque parceiros locais ou regionais. Um possível “banco de fornecedores” poderia ser criado a partir de uma chamada pública em que pessoas físicas, coletivos ou instituições se cadastrassem para realizar atividades que:

- a) Estejam articuladas com os objetivos definidos pelo município ou comunidade
- b) Tenham embasamento teórico ou metodológico alinhados com o aprendizado dialógico.
- c) Estimulem a participação de diferentes atores sociais
- d) Estimulem a valorização e integração dos conhecimentos práticos, populares e orais com os saberes científicos e curriculares
- e) Sejam realizadas em diversos espaços públicos, como escolas, praças, clubes, ruas, etc.
- f) Tenham como facilitadores, professores ou interlocutores homens e mulheres representantes da diversidade étnica e cultural do Brasil
- g) Tenham como atestar experiência de trabalho por meio de portfólio, carta de recomendação ou certificação
- h) Utilizem critérios de avaliação e monitoramento da ação junto à comunidade

Este “banco de fornecedores” poderia inclusive ser aberto, permitindo-se que outros projetos e iniciativas populares se valham dele independentemente da parceria com o Instituto Natura. (A Sociedade Global- <http://www.sociedadeglobal.org.br/>, Associação de Curitiba, está desenhando algo semelhante para atender os coletivos da região. A plataforma ainda não está pronta.)

Para concluir este relatório destacamos alguns exemplos de ações e projetos que foram citados ao longo das pesquisas para servir de inspiração para os futuros projetos de cada comunidade:

Ações da Secretaria:

- Fórum de debate com as famílias organizado pela Secretaria de Teresina
- Agentes da Educação (iguais aos agentes de saúde) em Pedras de Fogo e Iguatu

- Reuniões da escola são anunciadas na rádio e TV local e a Secretaria busca as famílias que vivem longe ou em sítios, em Pereiras
- Jornal trimestral da família-escola em BH
- Avaliação Institucional respondida pelas famílias para levantar prioridades e direcionar o plano de gestão das escolas na rede de Igrejinha
- Em Realeza (PR), dirigentes municipais vão às escolas acompanhar os trabalhos dos alunos e professores todo mês.
- Farroupilha (RS) divulga as poesias e trabalhos dos estudantes em ônibus, no centro da cidade e em espaços públicos. Em 2007 o concurso estudantil se tornou um livro dentro do projeto Caminhos da Leitura, que estimula a visita constante às bibliotecas e formação mensal de professores.
- Arroio do Meio (RS) – Secretaria convida autores de livros para conversar com as crianças. Para se prepararem para a visita, as crianças fazem a leitura de obras, preparam questões e dramatizam trechos. Mensalmente as crianças também recebem contadores de história. Semanalmente todas as escolas e a própria Secretaria faz uma “parada” de 15 a 30 minutos para todos lerem livros, artigos e revistas. Anualmente o concurso literário resulta em um livro que é vendido na feira de livro durante o festival cultural da cidade.
- Lagamar (MG) – projeto Meu Jardim – atividades profissionalizantes em horticultura e jardinagem para adolescentes de 14 a 17 anos
- Rosário (Argentina) - Espaços públicos pensados a partir da infância: Granja da infância (integração entre o urbano e a natureza), Jardim dos pequenos (parque lúdico) e Ilha dos inventos (ciência, artes e tecnologia)
- Programa Escola Integrada articulou uma ampla rede de parceiros com forte participação das universidades, o que vem possibilitando aos estudantes das escolas municipais o acesso a atividades educativas durante todo o dia, em diversos lugares da comunidade e da cidade em BH

Ações das escolas e comunidades:

- Formação emocional de pais (homens) com produção de conteúdo de estímulo aos filhos, em Ananás
- Pais desempregados ou com tempo livre auxiliam a escola no cuidado com as crianças que estão em período integral em troca de cesta básica doada por empresas parceiras, em Anaguaína
- Vila Madalena (SP) – projeto 100 muros – painéis de mosaicos para 100 muros da cidade feito por 5 mil jovens do núcleo de arte e intervenção urbana. E Escola na Praça com atividades de contra-turno escolar com estudantes de 4 a 15 anos que revitalizou a praça e por meio da arte desenvolve projetos de educação e cidadania.

- Alzira (Espanha) - “escola de pais e mães” para estimular a participação nas atividades públicas e nos conselhos e decisões da cidade
- Em Alto Alegre do Pindaré (MA) bibliotecas itinerantes, em ônibus, baús de literatura e até carrinhos de mão e jegue com livros.
- Biblioteca Itinerante em que as famílias também contam sobre suas histórias, em Horizontina
- Lição de casa nas casas das famílias, em Itaiçaba
- Chá dos avós para valorização e integração da comunidade na Colmeia

Todas as referências utilizadas ao longo deste relatório de pesquisa estão devidamente citadas, com os respectivos links para download dos PDFs.

Encerramos este trabalho com a expectativa de colaborar para o projeto Comunidades de Aprendizagem do Instituto Natura e especialmente com as escolas públicas brasileiras!